

www.pwc.com.br

XP Investimentos S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
XP Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da XP Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da XP Investimentos S.A. e suas controladas ("Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XP Investimentos S.A. e da XP Investimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2 as demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital. Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 18 de março de 2021 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 18 de março de 2022.

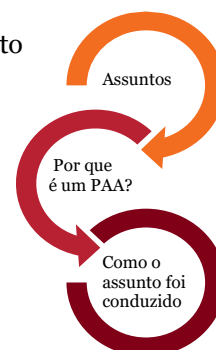


XP Investimentos S.A.

Devido a atualização descrita na Nota 2, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

O processamento de transações da XP Investimentos S.A., o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências nos controles que suportam o processamento e operação, acessos lógicos e gestão de mudanças de seus sistemas, nos ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de transações críticas, acessos indevidos aos sistemas e dados, e, conseqüentemente transações não autorizadas processadas e erros nos controles automatizados dos sistemas aplicativos. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia de informação, realizamos o entendimento dos ambientes de tecnologia da informação e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados ao gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas, sistemas e dados, operação/processamento de sistemas e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia relacionados às aplicações nos processos de negócios relevantes da XP Investimentos S.A.

Para obter evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria das demonstrações financeiras, foi necessário executar testes documentais adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, aplicação de procedimentos utilizando base de dados analíticas, de forma a permitir um espectro maior de teste e evidência.

Também, em complemento aos procedimentos já mencionados, realizamos, em base amostral, a revisão dos lançamentos contábeis para verificar se as transações processadas foram devidamente autorizadas.



XP Investimentos S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras da individuais e consolidadas.
Receitas de prestação de serviços (Nota 3(xxi) e 28) As receitas de prestação de serviços da Companhia e Grupo são compostas substancialmente por serviços de corretagem com operações em bolsa, colocação de títulos e distribuição de fundos. Essas receitas são mensuradas conforme os termos contratuais que consideram o percentual de comissão para os serviços prestados. O reconhecimento da receita requer controles da Administração para determinação do registro no momento em que os serviços são prestados. Considerando a relevância dessas receitas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, associadas a eventuais deficiências nos controles, essa área foi considerada como foco de nossa auditoria.	Realizamos o entendimento do ambiente de controles internos referente aos processos de reconhecimento de receitas. Efetuamos, também, o confronto das informações analíticas contidas nos sistemas operacionais com a receita reconhecida no sistema contábil. Em base amostral, inspecionamos a documentação suporte das receitas registradas, e confrontamos com a liquidação financeira subsequente. Além disso, efetuamos o recálculo de determinadas transações de receitas registradas. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



XP Investimentos S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



XP Investimentos S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de setembro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Signed By: TATIANA FERNANDES KAGOHARA GUEORGUIEV:24975821818
CPF: 24975821818
Signing Time: 30 de setembro de 2022 | 18:31 BRT

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas XP Investimentos S.A.

31 de dezembro de 2021



XP Investimentos S.A. e controladas

Relatório da Administração

Aos acionistas da
XP Investimentos S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da XP Investimentos S.A. ("Grupo XP"), referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

i. Perfil

XP Investimentos é uma holding controlada pela XP Inc. A XP Investimentos e suas Controladas (coletivamente, a "Companhia", "Grupo" ou "Grupo XP") têm como objetivo principal fornecer aos seus clientes, representados por pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, diversos produtos e serviços financeiros, principalmente atuando como corretora de valores, incluindo corretora de valores mobiliários, banco, previdência privada e assessoria financeira, por meio de sua rede de Agente Autônomos de Investimentos ("AAIs").

ii. Desempenho financeiro

No ano de 2021 a XP Investimentos continuou com o seu crescimento expressivo, apesar do ainda lento crescimento econômico no país. A XP Investimentos manteve a sua trajetória de expansão, apresentando forte crescimento em todos os seus indicadores operacionais, incluindo captação líquida de recursos, quantidade de clientes e ativos sob custódia. Evidenciando a crescente força de sua marca e sua ampla capacidade de distribuição de produtos, mantendo sempre o compromisso de ajudar os clientes a investirem de forma inteligente e segura.

Este desempenho foi fruto do constante desenvolvimento da plataforma aberta de produtos, que oferece uma ampla gama de opções para diferentes perfis de clientes, aliado aos diferenciais de assessoria do Grupo e o processo contínuo de consolidação da marca, com o maior conhecimento e preferência da XP pelo público-alvo.

Ativo total

Os ativos totais individuais e consolidados alcançaram R\$ 8.4 bilhões e R\$ 120.1 bilhões respectivamente ao final de dezembro de 2021, crescimento de 57% e 45% no período.

Passivo total

Os passivos totais individuais e consolidados, excluindo o Patrimônio líquido alcançaram R\$1.7 bilhões e R\$ 113.4 bilhões respectivamente ao final de dezembro de 2021, crescimento de 30% e 43% no período.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido totalizou R\$ 6.7 bilhões em dezembro de 2021. Embora o capital seja administrado considerando a posição consolidada, certas Controladas estão sujeitas à exigência de capital mínimo dos reguladores locais. Em 31 de dezembro de 2021, as controladas sujeitas à exigência de capital estavam em conformidade com todos os requisitos.

iii. Gerenciamento de Risco

A administração tem a responsabilidade primária de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. A Gestão de Riscos está estruturada de forma separada das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir a isenção de conflito de interesses e a segregação de funções adequadas às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, estabelecer limites e controles de risco apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gerenciamento, têm por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os seus funcionários estejam cientes de seus deveres e obrigações.

Ao que se refere ao Conglomerado Prudencial da XP, a estrutura organizacional baseia-se nas recomendações propostas pelo Acordo da Basileia, no qual são formalizados procedimentos, políticas e metodologia compatíveis com a tolerância



XP Investimentos S.A. e controladas

ao risco e com a estratégia do negócio e os diversos riscos inerentes às operações e / ou processos, incluindo riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. O Grupo busca seguir as mesmas práticas de gerenciamento de riscos que as aplicáveis a todas as empresas.

Esses processos de gerenciamento de risco também estão relacionados aos procedimentos de gerenciamento de continuidade operacional, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade de negócios, aos planos de contingência, aos planos de backup e gerenciamento de crise.

Constante aprimoramento do ambiente de controles internos e Governança

A XP Investimentos opera em um ambiente de controles e de tecnologia complexos, com diferentes níveis de maturidade e sistemas em operação, além de grande volume de transações altamente dependentes do funcionamento apropriado de toda a cadeia, o que requer constantes investimentos em pessoas, tecnologia, infraestrutura e controles de segurança de acessos a sistemas e dados.

Nesse contexto, a XP Investimentos possui um planejamento estratégico definido e revisado periodicamente para aplicação de melhorias, visando um ambiente de controles internos e de tecnologia ainda mais robustos.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2022.

A Diretoria.

Composição da Diretoria

Fabricao Cunha de Almeida
Diretor

Bernardo Amaral Botelho
Diretor

Rodrigo Santana Passos Góes
Controller

Jairo Luiz de Araujo Brito
Contador
CRC RJ-110743/O-4



XP Investimentos S.A. e controladas
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Disponibilidades		2.927	37	1.181.559	623.968
Ativos financeiros		764.679	317.115	111.092.068	78.644.417
Valor justo por meio do resultado		673.983	268.430	53.013.310	45.523.831
Instrumentos financeiros	7	673.983	268.430	46.102.046	42.750.814
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	6.911.264	2.773.017
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		45.982	46.560	32.332.377	19.039.044
Instrumentos financeiros	7	45.982	46.560	32.332.377	19.039.044
Avaliados ao custo amortizado		44.714	2.125	25.746.381	14.081.542
Instrumentos financeiros	7	41.051	-	2.238.807	1.775.611
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	-	-	8.888.251	6.627.409
Negociação e intermediação de valores	18	-	-	872.182	1.189.876
Rendas a Receber	11	2.766	691	465.999	500.347
Operações de crédito	10	-	-	12.819.627	3.918.328
Outros ativos financeiros		897	1.434	461.515	69.971
Outros ativos		97.334	93.518	4.678.096	1.744.998
Impostos e contribuições a compensar	12	91.362	89.340	153.316	127.623
Direito de uso de arrendamento	16	-	-	284.509	183.134
Despesas antecipadas	13	1.562	1.929	3.972.806	1.391.188
Outros ativos		4.410	2.249	267.465	43.053
Ativo fiscal diferido	24	59.962	31.005	1.273.069	505.045
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	15	7.272.357	4.770.703	791.941	699.907
Imobilizado de uso	16	161.120	100.581	313.964	204.032
Ágio e ativos intangíveis	16	10.226	10.152	808.630	713.562
Total do ativo		8.368.605	5.323.111	120.139.327	83.135.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



XP Investimentos S.A. e controladas
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Passivo		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivos financeiros		1.659.206	1.281.292	79.871.879	64.562.881
Valor justo por meio do resultado		639.204	61.426	7.402.043	3.812.333
Instrumentos financeiros	7	518.804	-	792.146	1.182.103
Instrumentos financeiros derivativos	8	120.400	61.426	6.609.897	2.630.230
Avaliados ao custo amortizado		1.020.002	1.219.866	72.469.836	60.750.548
Obrigações por operações compromissadas	6	46.493	45.984	28.867.666	32.058.867
Negociação e intermediação de valores	18	-	-	14.769.337	20.160.501
Instrumentos de dívida	17	169.094	335.250	22.229.309	6.563.147
Fornecedores		44.760	94.021	850.942	852.483
Obrigações por empréstimos	19	276.911	273.563	1.928.782	284.087
Outros passivos financeiros	23	482.744	471.048	3.823.800	831.463
Outros passivos		6.358	1.536	33.532.789	14.521.524
Obrigações sociais e estatutárias	21	-	-	1.020.187	666.826
Obrigações fiscais e previdenciárias	22	936	1.512	550.777	435.786
Provisões técnicas de previdência privada	23	-	-	31.921.400	13.387.913
Provisões e contingências passivas	27	-	-	29.308	19.711
Outros passivos		5.422	24	11.117	11.288
Passivo fiscal diferido	24	-	-	28.934	8.352
Total do passivo		1.665.564	1.282.828	113.433.602	79.092.757
Patrimônio Líquido atribuível aos controladores	25	6.703.041	4.040.283	6.703.041	4.040.283
Capital social		3.636.389	1.429.816	3.636.389	1.429.816
Reserva de capital		3.403.757	2.379.991	3.403.757	2.379.991
Outros resultados abrangentes		(337.105)	230.476	(337.105)	230.476
Participação dos não-controladores		-	-	2.684	2.889
Total do Patrimônio Líquido		6.703.041	4.040.283	6.705.725	4.043.172
Total do passivo e Patrimônio Líquido		8.368.605	5.323.111	120.139.327	83.135.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas líquida de prestação de serviços	28	5.253	-	6.196.908	5.016.488
Resultado líquido de instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	28	9.854	7.128	(1.241.450)	(228.338)
Resultado líquido de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	28	(9.952)	62.084	3.684.800	1.824.468
Receitas operacionais líquidas		5.155	69.212	8.640.258	6.612.618
Custos operacionais	29	(3.421)	(385)	(3.253.355)	(2.575.281)
Despesas com vendas	30	(21)	(80)	(227.473)	(134.915)
Despesas administrativas	30	(164.385)	(208.987)	(4.640.970)	(2.965.096)
Outras receitas/(despesas) operacionais	31	4.097	2.737	319.895	174.414
Perdas de crédito esperadas	14	(2.167)	(630)	(92.585)	(55.539)
Despesas de juros		(23.145)	(31.379)	(50.903)	(51.899)
Resultado de participações em controladas e coligadas	15	640.965	843.124	(7.710)	862
Resultado antes da tributação sobre o lucro		457.078	673.612	687.157	1.005.164
Imposto de renda e contribuição social	24	5.850	(13.317)	(221.294)	(339.924)
Lucro líquido do exercício		462.928	660.295	465.863	665.240
Outros resultados abrangentes					
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior		20.792	57.439	20.792	57.439
Variação no ajuste do <i>hedge</i> de investimento no exterior	9	(21.242)	(60.563)	(21.242)	(60.563)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(549.017)	24.203	(549.017)	24.203
Resultado abrangente total do exercício		(86.539)	681.374	(83.604)	686.319
Resultado líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		462.928	660.295	462.928	660.295
Acionistas não controladores		-	-	2.935	4.945
Resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas controladores		(86.539)	681.374	(86.539)	681.374
Acionistas não controladores		-	-	2.935	4.945
Lucro líquido por ação básico e diluído		0,1599	0,3229	0,1609	0,3254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)



		Atribuível aos acionistas controladores								
		Reservas de capital								
		Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total	Participações de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Nota	927.916	541.386	111.456	834.059	209.927	-	2.624.744	32.632	2.657.376
Resultados abrangentes										
Lucro líquido		-	-	-	-	-	660.295	660.295	4.945	665.240
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	21.079	-	21.079	-	21.079
Transações com acionistas - contribuições e distribuições										
Aumento de capital		501.900	-	-	-	-	-	501.900	-	501.900
Outorga de plano de incentivo baseado em ações		-	-	-	232.795	-	-	232.795	6	232.801
Variação na participação em controladas		-	-	-	-	(530)	-	(530)	(29.127)	(29.657)
Destinações ao lucro líquido do exercício										
Reservas		-	43.109	32.922	584.264	-	(660.295)	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(5.567)	(5.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.429.816	584.495	144.378	1.651.118	230.476	-	4.040.283	2.889	4.043.172
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.429.816	584.495	144.378	1.651.118	230.476	-	4.040.283	2.889	4.043.172
Resultados abrangentes										
Lucro líquido		-	-	-	-	-	462.928	462.928	2.935	465.863
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(549.467)	-	(549.467)	-	(549.467)
Transações com acionistas - contribuições e distribuições										
Aumento de capital	25	2.206.573	-	-	-	-	-	2.206.573	-	2.206.573
Outorga de plano de incentivo baseado em ações		-	-	-	560.838	-	-	560.838	2	560.840
Variação na participação em controladas		-	-	-	-	(18.114)	-	(18.114)	(232)	(18.346)
Destinações ao lucro líquido do exercício										
Reservas		-	-	23.146	439.782	-	(462.928)	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(2.910)	(2.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.636.389	584.495	167.524	2.651.738	(337.105)	-	6.703.041	2.684	6.705.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	457.078	673.612	687.157	1.005.164
Ajustes ao Lucro Líquido				
Resultado de participação em coligadas e controladas	(640.965)	(843.124)	7.710	(862)
Depreciação do imobilizado, equipamentos e bens de direito de uso	-	16	68.617	67.422
Amortização de ativos intangíveis	177	176	158.780	75.840
Perda na baixa de imobilizado e intangível	-	107	19.930	73.139
Perdas de crédito esperadas em contas a receber e outros ativos financeiros	2.167	630	92.585	55.539
Provisão/(reversão) para contingências	-	-	5.325	2.045
Outorga de plano de incentivo baseado em ações	-	-	560.840	232.801
Variação cambial	-	-	75.260	1.478
Provisão de juros	74.789	32.301	109.541	56.923
Dividendos desproporcionais	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	167.276	255.373	(17.459.679)	(40.772.291)
Instrumentos financeiros derivativos	58.974	84.340	(188.281)	(29.622)
Negociação e intermediação de valores	-	-	(5.099.973)	10.378.167
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	(2.263.041)	2.554.259
Rendas a receber	(2.075)	(691)	34.235	(40.682)
Operações de crédito	-	-	(8.918.608)	(3.925.042)
Despesas antecipadas	367	396	(2.581.618)	(1.301.507)
Outros ativos	(3.459)	6.225	(663.513)	962
Obrigações por operações compromissadas	509	5.125	(3.191.201)	16.425.476
Fornecedores	(49.261)	71.478	(143.093)	574.410
Instrumentos de dívidas	(536.881)	-	15.243.203	6.121.840
Obrigações sociais e estatutárias	-	-	353.361	174.380
Obrigações fiscais e previdenciárias	(24.105)	(36.601)	68.970	182.381
Provisões técnicas de previdência privada	-	-	18.533.487	9.628.823
Outros passivos	57.094	21.245	2.961.568	141.629
Caixa operacional	(438.315)	270.608	(1.528.438)	1.682.672
Impostos pagos	(1.600)	-	(571.569)	(518.971)
Contingências pagas	-	-	(2.565)	(1.629)
Juros pagos	(12.386)	(70.017)	(12.423)	(71.224)
Caixa proveniente das atividades operacionais	(452.301)	200.591	(2.114.995)	1.090.848
Atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado	(60.539)	(100.583)	(135.444)	(145.164)
Aquisição de intangível	(251)	(9.798)	(240.456)	(146.368)
Aumento de capital em controladas	(2.091.695)	-	-	-
Caixa líquido de aquisição e venda de investimentos em coligadas e controladas	106.754	(266.300)	(119.323)	(290.478)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	-	199.972	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.045.731)	(176.709)	(495.223)	(582.010)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e instrumentos de dívida (Nota 37)	500.018	-	2.150.657	-
Pagamento de empréstimos e arrendamento mercantil	(10.522)	(53.395)	(76.371)	(152.868)
Emissão de debêntures	-	-	-	-
Pagamento de debêntures	(177.826)	(400.000)	(177.826)	(400.000)
Recompra de debêntures	-	(64.717)	-	(64.717)
Dividendos pagos	-	-	-	-
Aumento de Capital (Nota 25)	2.206.573	501.900	2.206.573	501.900
Outras participações de não-controladores	-	-	(232)	(29.657)
Dividendos pagos a não-controladores	-	-	(2.910)	(5.567)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento	2.518.243	(16.212)	4.099.891	(150.909)

**Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de reais)**

Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.211	7.670	1.489.673	357.929
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.189	519	1.329.568	916.476
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(376.735)	55.163
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.400	8.189	2.442.506	1.329.568
Disponibilidades	2.927	37	1.181.559	623.968
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	1.066.055	593.673
Certificados de depósitos bancários	25.473	8.152	194.892	111.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	50.810	87.212	47.714.116	25.710.328
Receitas da intermediação financeira	40.088	85.050	40.724.968	19.939.379
Receitas de prestação de serviços	8.500	-	6.769.935	5.502.592
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.167)	(630)	(92.585)	(55.539)
Outras receitas	4.389	2.792	311.798	323.896
Despesas	(41.590)	(12.741)	(40.938.722)	(20.444.031)
Despesas da intermediação financeira	(41.299)	(12.741)	(38.127.254)	(18.267.783)
Comissões	(291)	-	(2.811.468)	(2.176.248)
Insumos adquiridos de terceiros	(10.298)	(4.784)	(1.718.653)	(1.357.547)
Materiais, energia e outros	(2.157)	(1.107)	(1.046.427)	(781.501)
Serviços de terceiros	(8.141)	(3.677)	(675.535)	(576.362)
Perda e recuperação de valores ativos	-	-	3.309	316
Valor adicionado bruto	(1.078)	69.687	5.056.741	3.908.750
Retenções	(177)	(193)	(227.398)	(143.262)
Depreciação, amortização e exaustão	(177)	(193)	(227.398)	(143.262)
Valor adicionado líquido	(1.255)	69.494	4.829.343	3.765.488
Valor adicionado recebido em transferência	642.079	843.124	(4.364)	2.521
Resultado de equivalência patrimonial	642.079	843.124	(7.710)	862
Outras	-	-	3.346	1.659
Valor adicionado a distribuir	640.824	912.618	4.824.979	3.768.009
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	(147.531)	(202.379)	(3.423.936)	(2.184.006)
Remuneração direta	(147.449)	(200.445)	(806.679)	(650.668)
Benefícios	(9)	(30)	(128.699)	(67.011)
Encargos	(11)	(80)	(368.119)	(219.038)
Participação dos empregados nos lucros	-	-	(1.362.046)	(807.640)
Gratificações e prêmios	-	(22)	(254.361)	(137.902)
Outros	(62)	(1.802)	(504.032)	(301.747)
Impostos, taxas e contribuições	(7.189)	(18.593)	(866.871)	(852.533)
Federais	(7.188)	(18.592)	(606.261)	(646.475)
Estaduais	-	-	(1.558)	(593)
Municipais	(1)	(1)	(259.052)	(205.465)
Remuneração de capitais de terceiros	(23.176)	(31.351)	(68.309)	(66.230)
Aluguéis	-	-	(27.735)	(30.918)
Juros	(13.901)	(10.800)	(31.299)	(14.761)
Outras	(9.275)	(20.551)	(9.275)	(20.551)
Remuneração de capitais próprios	(462.928)	(660.295)	(465.863)	(665.240)
Dividendos	-	-	(2.910)	(5.567)
Lucros retidos	(462.928)	(660.295)	(462.953)	(659.673)
Distribuição do valor adicionado	(640.824)	(912.618)	(4.824.979)	(3.768.009)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A XP Investimentos S.A. ("Companhia" ou "XP Investimentos") é uma companhia privada, organizada e regida sob as Leis do Brasil. A sede está localizada na Avenida Afrânio de Melo, nº 290, Leblon, CEP 22430-060, Rio de Janeiro - Brasil. O principal escritório executivo da empresa está localizado na cidade de São Paulo, Brasil.

XP Investimentos e suas Controladas ("Grupo" ou "Grupo XP") é uma plataforma líder de serviços financeiros voltada para a tecnologia e um provedor confiável de produtos e serviços financeiros de baixo custo no Brasil. O Grupo XP tem como objetivo principal fornecer aos seus clientes, representados por pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, diversos produtos financeiros, serviços, conteúdo digital e serviços de assessoria financeira, atuando principalmente como corretora, incluindo corretora de valores, planos de previdência privada, comercial e produtos de banco de investimento, como operações de empréstimos, transações nos mercados de câmbio e depósitos, por meio de nossas marcas que chegam aos clientes diretamente e por meio de uma rede de Agente Autônomos de Investimento ("AAIs").

A XP Investimentos é controlada da XP Inc., a qual possui como controlador a XP Controle Participações S.A e a XP Control LLC. empresas que detêm juntos 68,28% dos direitos de voto.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 28 de setembro de 2022.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

(i) Base de preparação

Na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a Companhia utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - incluindo interpretações relacionadas - e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), e as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos em instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R\$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O balanço patrimonial está apresentado em ordem de liquidez dos ativos e passivos. O momento de sua realização ou liquidação depende não apenas de sua liquidez, mas também dos julgamentos da administração sobre os movimentos esperados nos preços de mercado e outros aspectos relevantes.

(ii) Mudanças nos IFRS

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 – Alterações à IFRS 9/CPC48, IAS 39/CPC 38, IFRS 7/CPC40, IFRS 4/CPC11 e IFRS 16/CPC 06;
- Alteração no IFRS 16/CPC 06 referente à concessão de aluguel relacionadas ao Covid-19 para data além de 30 de junho de 2021;

A adoção das alterações listadas acima não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(iii) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas que não são obrigatórias para o período de relatório de 31 de dezembro de 2021 e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo. Não se espera que essas normas tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****(iv) Base de consolidação**

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controle. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder de dirigir as atividades da entidade. As Controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. Elas são desconsolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O método de aquisição é utilizado para contabilizar as combinações de negócios pelo Grupo (veja a Nota 5).

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de uma perda no valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As participações de não controladores no resultado e no patrimônio das controladas são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente, demonstração do patrimônio líquido e balanço patrimonial, respectivamente.

b) Coligadas

As coligadas são empresas nas quais o investidor tem uma influência significativa, mas não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e posteriormente contabilizados usando o método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e joint ventures incluem o ágio identificado no momento da aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

c) Coligadas mensuradas ao valor justo

O Grupo tem investimentos em coligadas mensurados ao justo valor de acordo com o item 18 da IAS 28/CPC 18 – Investimentos em Coligadas e Joint Ventures. Esses investimentos são detidos por meio do XP FIP Managers, que é considerado uma organização de capital de risco, ou “Venture Capital”. Ao determinar se o fundo atende à definição de uma organização de capital de risco, a administração considerou as características e objetivos do portfólio de investimentos. A carteira classificada nesta categoria tem como objetivo gerar crescimento no valor de seus investimentos no médio prazo, além de possuir uma estratégia de desinvestimento para tais investimentos. Adicionalmente, o desempenho dessas carteiras é avaliado e administrado com base no valor justo de cada investimento.

d) Joint Ventures

O Grupo tem joint ventures nas quais as partes, que detém controle conjunto do acordo, têm direitos sobre os ativos líquidos.

e) Método de equivalência

Pelo método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e ajustados posteriormente para reconhecer nos resultados a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos pós-aquisição da investida, e a participação do Grupo na movimentação em outros resultados abrangentes da investida. Os dividendos recebidos ou a receber de associadas e joint ventures são reconhecidos como uma redução no valor contábil do investimento.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e suas coligadas e joint-ventures são eliminados na medida da participação do Grupo nessas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidência de uma diminuição do valor contábil do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas investidas em participações acionárias foram alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se sua participação nas associadas e joint ventures diminui, mas o Grupo mantém influência significativa ou controle conjunto, apenas o valor proporcional dos valores previamente reconhecidos em Outras receitas abrangentes é reclassificado no resultado, quando apropriado.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****(v) Informações por segmento**

Ao verificar o desempenho operacional do Grupo e alocar recursos, o principal tomador de decisões operacionais do Grupo ("CODM"), o Diretor-Presidente do Grupo ("CEO") e o Conselho de Administração ("CA"), representado pelos diretores estatutários detentores de ações ordinárias da controladora do Grupo, avaliam itens selecionados na demonstração do resultado e do resultado abrangente.

O CODM considera todo o Grupo como um único segmento operacional reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O CODM analisa dados financeiros relevantes para todas as Controladas. As informações por segmento somente são revisadas no nível da receita (Nota 31), sem detalhes correspondentes em qualquer nível de margem ou lucratividade.

A receita, os resultados e os ativos do Grupo para esse segmento reportável podem ser determinados por referência à demonstração de resultado, ao resultado abrangente e ao balanço patrimonial. Consulte a Nota 28 (c) para obter informações detalhadas sobre receitas e ativos selecionados de clientes externos.

(vi) Conversão de moeda estrangeira**i. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens das demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

A moeda funcional de todas as Controladas do Grupo no Brasil também é o Real brasileiro. Algumas Controladas fora do Brasil têm diferentes moedas funcionais, incluindo dólar americano ("USD"), euro ("EUR"), libra esterlina ("GBP") e franco suíço ("CHF").

ii. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras pelas taxas de câmbio do período são geralmente reconhecidos no resultado. Eles são diferidos no patrimônio se estiverem relacionados a *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado, e outros resultados abrangentes dentro dos custos financeiros. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em uma base líquida dentro de despesas de juros.

Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de conversão de ativos e passivos contabilizados pelo valor justo são registradas como parte do ganho ou perda do valor justo. Por exemplo, as diferenças de conversão de ativos e passivos não monetários, como títulos mantidos a valor justo por meio do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou perda do valor justo e diferenças de conversão de ativos não monetários, bem como títulos classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira das operações no exterior (nenhuma das quais possui a moeda de uma economia hiperinflacionária) e que possuem uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidas para a moeda de apresentação da seguinte forma:

- os ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio apurada naquela data;
- receitas e despesas para cada demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que esta não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, caso em que receitas e despesas são traduzidos nas datas das transações); e
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de qualquer investimento líquido em entidades estrangeiras e de empréstimos e outros instrumentos financeiros designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando uma operação no exterior é vendida ou quaisquer empréstimos

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

tomados como parte do investimento líquido são pagos, as diferenças de câmbio associadas são reclassificadas para o resultado, como parte do ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes do ágio e do valor justo decorrentes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do dia do balanço.

(vii) Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu em 18 de março de 2022 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o processo de abertura de capital, foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim. A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

A reemissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de setembro de 2022.

3. Resumo das principais políticas contábeis

Esta nota fornece uma descrição das principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente a todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

(i) Combinações de negócios

O método de aquisição é utilizado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- valor justo dos ativos transferidos;
- passivos incorridos com os antigos proprietários do negócio adquirido;
- participações societárias emitidas pelo Grupo;
- valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e
- valor justo de qualquer participação acionária preexistente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com exceções limitadas, mensurados inicialmente pelo valor justo na data da aquisição. O Grupo reconhece qualquer participação de não controladores na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação de não controladores nos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como uma compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados a seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto usada é a taxa de empréstimo incremental da entidade, sendo a taxa pela qual um empréstimo semelhante pode ser obtido de um financiador independente sob termos e condições comparáveis.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

A contraprestação contingente, quando aplicável, é classificada como patrimônio ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são subsequentemente mensurados ao valor justo com alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

Se a combinação de negócios for alcançada em estágios, a data de aquisição do valor contábil da participação acionária anteriormente detida na adquirente é mensurada ao valor justo na data de aquisição. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de tal mensuração são reconhecidos no resultado.

(ii) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade.

1) Ativos financeiros***Reconhecimento inicial e mensuração***

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios do Grupo para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são "Somente Pagamento de Principal e Juros" (o critério "SPPJ") sobre o valor principal em aberto.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo do Grupo é receber fluxos de caixa para manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração subsequente**i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR")**

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. Os ativos financeiros a VJR incluem títulos e valores mobiliários, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem mensurados pelo valor justo. Esta categoria inclui valores mobiliários e derivativos, incluindo instrumentos patrimoniais que o Grupo não elegeu irrevogavelmente para classificar em VJORA.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se o teste de fluxo de caixa contratual falhar ou se o modelo de negócios do Grupo for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Derivativos, incluindo derivativos embutidos, também são classificados a VJR, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não atendem aos critérios do SPPJ são classificados e mensurados como VJR, independentemente do modelo de negócios.

Os ativos financeiros na VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são títulos e valores mobiliários detidos e vendidos a descoberto.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido, com um passivo financeiro ou componente principal não derivativo, é separado do componente principal e é contabilizado como um derivativo separado se: as características econômicas e os riscos não estiverem estritamente relacionados ao contrato principal; o instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido atender à definição de derivativo; e o contrato híbrido não for mensurado ao VJR. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado. A reavaliação só ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria VJR.

Um derivativo incorporado em um contrato híbrido contendo um componente principal ativo não derivativo não é contabilizado separadamente. O contrato principal juntamente com o derivativo embutido deve ser classificado em sua totalidade como um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.



ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")

O Grupo avalia os ativos financeiros no VJORA se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de tanto manter a apropriação de fluxos de caixa contratuais quanto vender;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ.

Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a receita de juros, a variação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e, da mesma forma, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As restantes alterações no justo valor são reconhecidas em resultado abrangente. No momento do desreconhecimento, a mudança cumulativa do valor justo reconhecida em resultado abrangente é reclassificada para lucros ou perdas.

Os ativos financeiros do Grupo classificados como VJORA incluem instrumentos de dívida.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente os investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados pelo VJORA quando satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como receita na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em resultado abrangente. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos a avaliação de *impairment*.

O Grupo não possui instrumentos de patrimônio que tenham sido irrevogavelmente classificados nesta categoria.

iii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter o ativo financeiro de forma a coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado.

Os ativos financeiros do Grupo mensurados ao custo amortizado incluem principalmente: "Aplicações interfinanceiras de liquidez", "Negociação e intermediação de valores", "Rendas a receber" e "Outros ativos financeiros".

O Grupo reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente baixado quando:

- Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Quando o Grupo transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que o Grupo poderia ser obrigado a pagar.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (um ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou aquelas já inadimplentes, uma provisão para perdas é requerida para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência ECL).

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Vencidos até 30 dias. Entende-se que um instrumento financeiro nesta etapa não apresenta um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante de uma possível inadimplência nos próximos 12 meses.

Estágio 2: mais de 30 dias em atraso. Se um aumento significativo do risco for identificado a partir do reconhecimento inicial, e nenhuma perda for realizada, o instrumento financeiro se enquadra nesta etapa. Neste caso, o valor relacionado à provisão para perda esperada reflete a perda estimada do instrumento financeiro restante da vida (vida útil).

Estágio 3: mais de 90 dias em atraso. O Grupo considera um ativo financeiro em atraso quando os pagamentos contratuais estão vencidos a mais de 90 dias. Entretanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar um ativo financeiro em inadimplência quando informações internas ou externas indicarem que é improvável que o Grupo receba os valores contratuais pendentes na sua totalidade antes de considerar quaisquer aumentos de crédito detidos pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber e outros ativos contratuais, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das ECLs. Portanto, o Grupo não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base nas ECLs durante a vida útil em cada data de relatório. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em sua perda histórica de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Para os instrumentos de dívida classificados como VJORA, o Grupo aplica a simplificação para atuar com baixo risco de crédito. Em cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras, o Grupo avalia se o instrumento de dívida é considerado com baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Ao fazer essa avaliação, o Grupo reavalia a classificação de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, o Grupo considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.

O Grupo considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que o Grupo receba integralmente os valores pendentes de contratos antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2) Passivo financeiro***Reconhecimento inicial e mensuração***

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado ("VJR"), custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso do custo amortizado, são deduzidos dos custos da transação diretamente atribuíveis.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os passivos financeiros do Grupo incluem "Títulos e valores mobiliários", "Instrumentos financeiros derivativos", "Obrigações por operações compromissadas", "Negociação e intermediação de valores", dívidas a longo prazo, tais como "Empréstimos", "Instrumentos financeiros de dívida", "Fornecedores" e "Outros passivos financeiros".

Classificação e mensuração subsequente

i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR")

Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR.

Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas operações de *hedge* definidas pelo IFRS 9/CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos no IFRS 9/CPC 48 forem atendidos. Os empréstimos de ações e instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação e reconhecidos pelo valor justo.

ii. Passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Classificação e mensuração subsequente

O Grupo aplicou a opção de valor justo como uma mensuração alternativa para passivos financeiros selecionados. Os passivos financeiros podem ser irrevogavelmente designados como mensurados ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em bases diferentes, ou se um grupo de instrumentos financeiros for administrado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma gestão de risco documentada ou estratégia de investimento. O valor da mudança no valor justo dos passivos financeiros designados em VJR que é atribuível a mudanças no risco de crédito desse passivo deve ser apresentado em outros resultados abrangentes. Veja mais informações na Nota 7.

iii. Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva ("EIR"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelos juros incorridos.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da EIR. A amortização da EIR está incluída na demonstração do resultado.

Esta categoria aplica-se geralmente a empréstimos sujeitos a juros, incluindo "Empréstimos", "Instrumentos de dívida", "Fornecedores" e "Outros passivos financeiros".

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 34.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4) Instrumentos Financeiros Derivativos e atividades de hedging

Instrumentos financeiros derivativos são contratos financeiros, cujo valor é derivado do valor dos ativos subjacentes, taxas de juros, índices ou taxas de câmbio.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado, e eles são posteriormente mensurados ao seu valor justo ao final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende se o derivado é designado como um instrumento de cobertura e, se sim, a natureza do item que está sendo protegido. O grupo designa certos derivativos como:

- hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (hedges de valor justo), ou
- hedges de um investimento líquido em uma operação estrangeira (hedges de investimento líquido).

No início da relação de hedge, o grupo documenta a relação econômica entre instrumentos de hedge e itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos. O grupo documenta seu objetivo de gestão de riscos e estratégia para a realização de suas transações de hedge.

Se o hedge não atender mais aos critérios de contabilidade de hedge, o ajuste ao montante de transporte de um item de hedge para o qual o método de juros efetivo é usado é amortizado para lucro ou perda durante o período restante até o vencimento, utilizando uma taxa de juros efetiva recalculada.

a) Efetividade do hedge

A efetividade do hedge é determinada no início do relacionamento do hedge e por meio de avaliações prospectivas periódicas de efetividade para garantir que exista um relacionamento econômico entre o item coberto e o instrumento de hedge.

Para avaliar a efetividade e medir a inefetividade de tais estratégias, o Grupo utiliza o método de compensação do dólar. O método de compensação do dólar é um método quantitativo que consiste em comparar a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge com a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do item coberto atribuível ao risco coberto.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa não está sujeito a um risco significativo de mudança de valor e é mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. As transações são consideradas de curto prazo quando têm vencimentos em três meses ou menos a partir da data de aquisição. Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa referem-se a títulos garantidos adquiridos mediante contratos de revenda e certificados de depósito bancário mensurados ao valor justo por meio do resultado que são prontamente conversíveis em um montante conhecido e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

(iv) Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

O Grupo adquiriu títulos com contrato de revenda e vendeu títulos com contrato de recompra de ativos financeiros. Os contratos de revenda e recompra são contabilizados em aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas. A diferença entre os preços de venda e recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo da vida dos contratos, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros aceitos como garantia em nossos contratos de revenda podem ser utilizados, se previstos nos contratos, como garantia para nossos acordos de recompra ou podem ser vendidos.

(v) Negociação e intermediação de valores mobiliários (ativos e passivos)

Refere-se a transações na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") por conta própria e por conta de terceiros. As corretagens dessas transações são classificadas como receitas e as despesas com prestação de serviços são reconhecidas no momento das transações. Esses saldos são compensados e o valor líquido é demonstrado no balanço quando, e somente quando houver um direito legal e exequível de compensar e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os valores devidos para clientes representam recebíveis de títulos vendidos e contas a pagar por títulos comprados que foram contratados para, mas ainda não liquidados ou entregues na data do balanço patrimonial, respectivamente. O saldo devedor dos clientes é retido para cobrança. Esses valores são subdivididos nos seguintes itens:

- Registro e liquidação - Representado pelo registro de transações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e para os clientes;



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Devedores / Credores pendentes de liquidação – Representado pelos saldos devedores ou credores de clientes, relativos a transações com títulos de renda fixa, ações, *commodities* e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço. As operações de vendas são compensadas e caso o valor final seja um crédito, elas serão registradas no passivo, por outro lado se esse valor for devedor, será registrado no ativo, desde que os saldos de compensação se refiram à mesma contraparte.

Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Em cada data de balanço, o Grupo deve mensurar a provisão para perdas sobre os valores devidos pelo cliente em um valor igual às perdas de crédito esperadas para a vida útil, se o risco de crédito tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Se, na data do balanço, o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo deve mensurar a provisão para perdas em um valor igual a perdas de crédito esperadas para 12 meses. Dificuldades financeiras significativas do cliente, probabilidade de o cliente declarar falência ou reorganização financeira e inadimplência nos pagamentos são todos considerados indicadores de que uma provisão para perdas pode ser necessária. Se o risco de crédito aumentar até o ponto em que for considerado com perda de crédito, a receita de juros será calculada com base no valor contábil bruto ajustado para a provisão para perdas. Um aumento significativo no risco de crédito é definido pela administração como qualquer pagamento contratual com atraso superior a 30 dias.

Qualquer pagamento contratual com mais de 90 dias de atraso é considerado como inadimplente. As perdas de crédito estimadas para clientes de corretagem e atividade relacionada foram imateriais para os períodos apresentados.

(vi) Operações de crédito

As operações de crédito consistem em acordos sob os quais os clientes podem tomar emprestados montantes estipulados sob termos e condições definidos. Elas são mensuradas ao custo amortizado usando o método de juros efetivos, menos a perda de crédito esperada. Ver Nota 10 para maiores informações sobre a contabilização da Companhia para operações de crédito e Nota 3(vi) para uma descrição das perdas esperadas da Companhia em ativos financeiros.

A receita de juros desses ativos financeiros é incluída no Resultado de instrumentos financeiros a custo amortizado usando o método de taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento das operações de crédito é reconhecido diretamente no resultado e apresentado na Nota 14. As perdas esperadas de crédito são apresentadas como um item separado na demonstração do resultado.

(vii) Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem incentivos para os agentes autônomos ("AAIs"), licenças de *software* pré-pago, certos serviços profissionais e prêmios de seguro.

(viii) Arrendamento mercantil

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer reavaliação dos passivos de arrendamento mercantil.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mercantil reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos do arrendamento mercantil efetuados antes ou depois da data de início, deduzidos os incentivos recebidos. A menos que o Grupo esteja razoavelmente certo de obter a propriedade do ativo arrendado no final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados linearmente pelo período mais curto de sua vida útil estimada e pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos substanciais) menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas por rescindir um arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir. Os pagamentos variáveis da locação que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento mercantil, o Grupo utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento, se a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento mercantil aumenta para refletir o acréscimo de juros e redução dos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento mercantil é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos do arrendamento mercantil ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento mercantil de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa de maneira linear pelo prazo do arrendamento.

Julgamento significativo na determinação do prazo do arrendamento dos contratos com opções de renovação

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o arrendamento, se for razoavelmente exercido, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o arrendamento, se é razoavelmente certo que não será exercido.

O Grupo tem a opção, de acordo com alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por prazos adicionais. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo o exercício da opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estão sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios).

(ix) Imobilizado de uso

Todos os bens e equipamentos estão demonstrados ao custo histórico menos depreciação acumulada e *impairment*. O custo histórico inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, líquidos dos créditos tributários. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável benefícios econômicos futuros associados ao item e que o

custo do item seja material e possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

	Taxa anual (%)
Processamento de dados	20%
Móveis e equipamentos	10%
Sistemas de Segurança	10%
Benfeitorias	10%
Veículos	10%

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data de balanço e ajustados prospectivamente, se apropriado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de manutenção e seu valor em uso, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas em alienações ou desreconhecimento são determinados pela comparação dos resultados da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado

(x) Ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas e representa o excesso de (i) contraprestação recebida; (ii) o valor correspondente à participação dos não controladores; e (iii) o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se o total da contraprestação recebida, a participação não controladora reconhecida e a participação mantida anteriormente mensurada pelo valor justo for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, haverá uma situação de compra vantajosa e a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma potencial incapacidade.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ii. Custos de *software* e desenvolvimento

Certos custos diretos e de desenvolvimento associados aos *softwares* desenvolvidos internamente da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis quando o desenvolvimento é concluído e o ativo está pronto para uso, e são amortizados pelo método linear, geralmente durante um período de cinco anos. A pesquisa e os custos de desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos. Em determinadas circunstâncias, a administração pode determinar que o *software* desenvolvido anteriormente e sua despesa relacionada não mais atendem à definição de viabilidade da administração, o que poderia resultar na redução do valor recuperável desse ativo.

iii. Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, exceto (i) acima, não são capitalizados e o gasto relacionado é refletido no resultado do período no qual o gasto é incorrido.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, exceto o *ágio*.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil estimada e testados para *impairment* sempre que houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperado. O período e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício ou quando houver indicadores de redução ao valor recuperável. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos são consideradas para modificar a amortização, conforme apropriado, e tratadas como mudanças nas estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vidas definidas é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com o uso de ativos intangíveis. As vidas úteis dos ativos intangíveis estão demonstradas abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
<i>Software</i>	3-5
Intangível desenvolvido internamente	3-7
Lista de clientes	2-8
Marcas e patentes	10-20

Os ganhos e perdas resultantes da baixa ou baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido da venda (se houver) e o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

(xi) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, por exemplo, o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. As revisões de *impairment* do *ágio* são realizadas anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem um potencial *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o *ágio* adquirido em uma combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs (ou grupos de UGCs) que devem se beneficiar das sinergias da combinação, que são identificadas no nível do segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o *ágio* que foram ajustados por redução ao valor recuperável, são revisados subsequentemente para uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida na demonstração do resultado não é revertida.

(xii) Impostos

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

As entidades do Grupo pagam imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) sob dois métodos diferentes:



- Método do Lucro Real - onde o contribuinte calcula os referidos impostos com base no seu lucro tributável real, após computar todos os rendimentos, ganhos e despesas dedutíveis, incluindo as perdas operacionais líquidas dos exercícios anteriores. Os impostos calculados de acordo com o método do Lucro Real são devidos trimestral ou anualmente, dependendo da adoção da entidade através do primeiro documento de cobrança de cada ano civil. O método anual do Lucro Real exige que os contribuintes façam pagamentos antecipados mensais de IRPJ e CSLL durante o ano-calendário.
- Método do Lucro Presumido - onde o contribuinte calcula o IRPJ e a CSLL aplicando uma margem de lucro sobre as receitas operacionais. É importante ressaltar que a margem de lucro é definida pela Receita Federal do Brasil (RFB) de acordo com o tipo de serviços prestados e/ou mercadorias vendidas. Sob o método do Lucro Presumido, os impostos mencionados são devidos trimestralmente e nenhum pré-pagamento é exigido durante os trimestres.

As alíquotas de imposto aplicáveis ao Lucro Real e Lucro Presumido também são definidas de acordo com a atividade principal das entidades.

- Imposto de Renda Federal (IRPJ) - alíquota de 15% calculada sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o valor da renda tributável que exceder R\$ 20 por mês (ou R\$ 240 por ano).
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - alíquota de 9% calculada sobre o rendimento tributável. No entanto, as instituições financeiras (ou seja, XP CCTVM) e as seguradoras (ou seja, XP Vida e Previdência) estão sujeitas a uma taxa de CSLL mais alta de 15%. A partir de março de 2020, os bancos brasileiros (ou seja, Banco XP) estão sujeitos a uma taxa de CSLL de 20%. A partir de julho de 2021, a taxa de CSLL aumentou em 5% para todas as entidades financeiras brasileiras até dezembro de 2021. Portanto, os bancos brasileiros estão sujeitos a uma alíquota da CSLL de 25% e todos os demais entes financeiros, incluindo as seguradoras, estão sujeitos a uma alíquota de 20% por meio da Lei Federal 13.148/2021.

ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. No entanto, os impostos diferidos não são contabilizados se surgirem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete a contabilização nem o lucro ou prejuízo tributável.

Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e / ou prejuízos fiscais possam ser utilizados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expira.

O imposto diferido é provisionado sobre as diferenças temporárias decorrentes de investimentos em controladas, exceto por um passivo fiscal diferido quando o momento da reversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e é provável que a diferença temporária não seja revertida no futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionados à mesma entidade legal e mesma jurisdição. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países geralmente são apresentados separadamente, e não em uma base líquida.

i) Impostos sobre faturamento

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre faturamento, exceto:

- Quando os impostos sobre faturamento incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável;
- Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre faturamento incluídos.

O valor líquido dos impostos sobre faturamento, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço, e líquido da receita ou custo / despesa, na demonstração do resultado.

As receitas de vendas e serviços no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes taxas legais:

- PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e recolhidos dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções à receita bruta (Nota 28) contra passivos fiscais, pois estamos atuando como agentes de retenção fiscal em nome do fisco. PIS e COFINS pagos em

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

determinadas compras poderão ser reclamados como créditos tributários para compensar o PIS e a COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos recuperáveis (Nota 12) e são compensados mensalmente com impostos a pagar e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas em dois regimes diferentes de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo.

O método não cumulativo é obrigatório para empresas que calculam o imposto de renda no âmbito do Método de Lucro Real (APM). As alíquotas aplicáveis do PIS e DA COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

Caso contrário, o método cumulativo deve ser adotado por entidades sob o Método de Lucro Presumido (PPM) e também obrigatório para as Companhias Financeiras e de Seguros. As alíquotas aplicáveis às empresas sob PPM são PIS 0,65% e COFINS 3,00%. As entidades financeiras (ou seja, XP CCTVM) e seguradoras (ou seja, XP Vida e Previdência) têm um percentual diferente da COFINS com sobretaxa de 1,00%, totalizando 4,00%.

- O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre as receitas da prestação de serviços. O imposto sobre serviço é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços prestados pelo Grupo. Estes são reconhecidos como deduções à receita bruta (Nota 28) contra o passivo tributário, uma vez que o Grupo atua como agente de recolhimento desses impostos em nome dos governos municipais. As taxas podem variar de 2,00% a 5,00%. O ISS indicado na tabela é aplicável à cidade de São Paulo e o Rio de Janeiro refere-se à taxa mais cobrada nas operações do Grupo.
- O INSS é uma cobrança previdenciária cobrada sobre os salários pagos aos empregados.

(xiii) Empréstimos de ações

As ações cedidas e / ou recebidas em empréstimos são contratadas e avaliadas pelo preço de fechamento no último dia em que foram negociadas na B3. Os direitos e/ou obrigações nas operações de empréstimo de títulos são registrados em contas patrimoniais e os ganhos e/ou perdas nas ações cedidas e/ou recebidas em empréstimos são reconhecidos na demonstração do resultado. As obrigações por empréstimos de ações são incluídas na rubrica de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 7).

(xiv) Instrumentos financeiros de dívidas e empréstimos

Os títulos de dívida classificados como Debêntures, Títulos, Notas Promissórias e Empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e, posteriormente, transportados a custo amortizado. Quaisquer diferenças entre os rendimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar são reconhecidas em lucro ou perda durante o período dos empréstimos utilizando o método de taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em conta qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante do EIR. A amortização do EIR é incluída como despesa de juros sobre a dívida na demonstração do resultado.

(xv) Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

(xvi) Provisões técnicas de previdência privada

Os planos de previdência privada referem-se à acumulação de recursos financeiros, denominada PGBL (Plano Gerador de Benefícios), um plano que visa acumular fundos para a aposentadoria do participante e VGBL (Seguro de Vida Resgatável), um produto financeiro estruturado como plano de aposentadoria. Nos dois produtos, a contribuição recebida do participante é aplicada a um Fundo de Investimento Especialmente Constituído ("FIE") e acumula juros com base nos investimentos do FIE.

Os produtos de previdência privada oferecidos pela Companhia não contêm risco significativo de seguro, onde a Companhia aceita risco significativo de seguro dos participantes, concordando em compensá-los se um evento futuro incerto especificado os afetar adversamente. Portanto, os contratos são contabilizados no escopo do IFRS 9/CPC48, Instrumentos Financeiros ("IFRS 9/CPC48").

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****(xvii) Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que um fluxo seja exigido na liquidação é determinada pela consideração da classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao tempo decorrido é reconhecido como despesa de juros.

(xviii) Benefícios a empregados**i) Obrigações de curto prazo**

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados quando o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago nos termos dos planos de bônus ou participação nos resultados a curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor devido a serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser mensurada com segurança.

ii) Plano de incentivo baseado em ações

O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado pela reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019.

O Grupo lançou dois planos baseados em ações, a Restricted Share Units "RSU" e a Performance Share Units ("PSU"). Os planos de incentivo baseados em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc aos participantes definidos.

O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte:

- quaisquer condições de performance do mercado;
- o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado) e;
- o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico).

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente no patrimônio líquido.

Os julgamentos significativos, estimativas e premissas referentes a pagamentos baseados em ações e atividades relacionadas a pagamentos baseados em ações são discutidos mais detalhadamente na Nota 32.

iii) Planos de participação nos lucros e bônus

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus e participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o lucro atribuível aos proprietários do Grupo após certos ajustes e distribuído com base no desempenho individual e coletivo, incluindo indicadores qualitativos e quantitativos.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando existe uma prática que criou uma obrigação construtiva.

(xix) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos.

(xx) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção de ações diferentes das ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o ano, ajustados por elementos bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo ações em tesouraria (Nota 33).

O lucro por ação diluído ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para considerar o efeito do imposto de renda após os juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais adicionais ações que estavam em circulação presumindo a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas (Nota 33).

(xxi) Receitas**1) Receita de contratos com clientes**

A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços.

O Grupo aplica os seguintes cinco passos: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de execução no contrato; iii) determinação do preço de transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento de receita quando ou conforme a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente remetidos às autoridades governamentais.

O Grupo tem poder de envolver e contratar fornecedores terceirizados na prestação de serviços ao cliente em seu nome. O Grupo apresenta as receitas e os custos associados a esses fornecedores terceirizados de forma bruta, onde é considerado o principal e, líquido, onde é considerado o agente. Geralmente, o Grupo é considerado o principal nesses acordos porque o Grupo controla os serviços antes de serem transferidos para os clientes e, conseqüentemente, apresenta a receita bruta dos custos relacionados.

Os principais tipos de contratos de receita do Grupo são:

i) Corretagem com operações em bolsa

A receita de comissão de corretagem com operações em bolsa consiste na receita gerada através de serviços de corretagem baseados em comissão em cada transação realizada, ou seja, as bolsas de valores para clientes, reconhecidas em um determinado momento (data de negociação) conforme a obrigação de execução é satisfeita.

ii) Colocação de títulos

A Receita de colocação de títulos refere-se a honorários e comissões auferidas com a colocação de uma ampla gama de títulos em nome de emissores e outras atividades de levantamento de capital, tais como fusões e aquisições, incluindo serviços de assessoria financeira relacionados. O ato de colocar os títulos é a única obrigação de desempenho e a receita é reconhecida no momento em que a transação subjacente é concluída nos termos do contrato e é provável que uma reversão significativa de receita não ocorra.

iii) Distribuição e gestão de fundos

As taxas de distribuição e gestão de fundos referem-se substancialmente a (i) serviços como consultor de investimentos de fundos, clubes de investimento e administração de patrimônio; e (ii) distribuição de cotas de fundos de investimentos administrados por terceiros. A receita é reconhecida durante o período em que essa obrigação de desempenho é entregue, e geralmente com base em um percentual fixo acordado do valor patrimonial líquido de cada fundo mensalmente. Parte das taxas de administração são baseadas no desempenho (taxas de desempenho), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na valorização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As taxas de



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

desempenho, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida.

iv) Comissões de seguros

Refere-se à corretagem de seguros, capitalização, planos de previdência e saúde, por meio da intermediação da venda de serviços de seguros.

As receitas são reconhecidas após a prestação de serviços de corretagem às seguradoras. Os produtos vendidos pela XP Corretora de Seguros são inspecionados mensalmente, e os valores recebidos da comissão são reconhecidos como receita no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida.

v) Serviços educacionais

A receita educacional refere-se à assessoria e consultoria em finanças, planejamento financeiro, gestão de negócios e desenvolvimento de cursos e programas de treinamento de negócios no território nacional, por meio do desenvolvimento e gerenciamento de cursos.

vi) Taxas de comissões

As taxas de comissões são reconhecidas quando a XP presta ou oferece serviços aos clientes, em um valor que reflete a consideração que a XP espera coletar em troca desses serviços. Aplica-se um modelo de cinco etapas para contabilizar as receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento de receita, quando as obrigações de desempenho acordadas em acordos com clientes são cumpridas. Os custos e custos incrementais para o cumprimento de acordos com os clientes são reconhecidos como uma despesa incorrida.

vii) Outros serviços

Outros serviços referem-se a receitas relacionadas a serviços de consultoria financeira, oferta de cursos e treinamentos, anúncios no site do Grupo, planos de previdência privada e patrocínio em eventos realizados pelo Grupo.

2) Resultado líquido de instrumentos financeiros

O resultado líquido de instrumentos financeiros consiste nos rendimentos auferidos em operações de principal, juros auferidos sobre o caixa do Grupo, juros auferidos sobre o caixa entregue em apoio à atividade de empréstimo de títulos e dividendos recebidos de títulos detidos, deduzido do custo dos juros sobre empréstimos e financiamentos. Incluiu também os ganhos e perdas de variações no valor justo de instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Esses ganhos e perdas estão fora do escopo do IFRS 15/CPC 47, mas no escopo do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, e as políticas contábeis relacionadas estão divulgadas na Nota 3 acima.

4. Estimativa e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 3 requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Além disso, esta nota também explica onde houve ajustes reais este ano como resultado de erro ou de mudanças nas estimativas anteriores.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos futuros exercícios fiscais estão incluídas a seguir:

(i) Estimativa do valor justo de certos ativos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para selecionar uma variedade de métodos e fazer premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes no final de cada período de relatório.

(ii) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas para ativos financeiros são baseadas em hipóteses sobre risco de inadimplência e taxas esperadas de perda. O Grupo usa julgamento ao fazer essas premissas e selecionar as entradas para o cálculo de *impairment*, com base no histórico do Grupo e nas condições de mercado existentes, bem como estimativas prospectivas no final de cada período de relatório.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iii) Reconhecimento do ativo fiscal diferido por prejuízos fiscais a compensar

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na medida em que lucro tributável suficiente provavelmente estará disponível para permitir o uso de tais perdas. É requerido o uso de julgamento significativo da administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O Grupo concluiu que o ativo diferido será recuperável utilizando-se o lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios e orçamentos aprovados para as controladas, onde um ativo fiscal diferido foi reconhecido. As perdas podem ser transportadas indefinidamente e não têm data de vencimento.

(iv) Vida útil de bens imobilizados e intangíveis

Os bens imobilizados e os ativos intangíveis podem ser utilizados para a determinação de uma vida útil para fins de depreciação e amortização. Há um elemento significativo de julgamento em fazer suposições de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o tempo e uma natureza dos avanços tecnológicos futuros são difíceis de prever.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não identificou evidências que pudessem indicar que as vidas úteis descritas na Nota 3 e devam ser revisadas. Portanto, o Grupo concluiu que não consideram necessária nenhuma alteração.

(v) Impairment de ativos não financeiros, incluindo ágio

O Grupo avalia, em cada data do balanço, se existe indicativos que um ativo pode ter perdas em seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio são testados em relação ao valor recuperável no nível da UGC, conforme adequado, e quando a situação indicar que o valor contábil pode estar deteriorado.

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. A obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias de uso, que demonstrem a necessidade de registro de *impairment*, também são considerados nas estimativas.

(vi) Provisão para passivos contingentes

As provisões para os passivos contingentes são registradas quando o risco de perda de processos administrativos ou judiciais é considerado provável e os valores possam ser mensurados de forma confiável, fundamentados pela natureza, complexidade e histórico dos processos judiciais e pela opinião de assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda de processos judiciais ou administrativos é avaliado como provável e os valores envolvidos podem ser mensurados com suficiente precisão, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões são total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Dadas as incertezas decorrentes do processo, não é praticável determinar o momento de qualquer saída de recursos (desembolso de caixa).

5. Consolidação

(i) Controladas

Abaixo estão apresentadas as participações diretas e indiretas da XP Investimentos S.A. em suas Controladas para os fins destas demonstrações financeiras consolidadas:

			% de participação ⁽ⁱ⁾	
	País	Atividade Principal	2021	2020
Controladas Diretas				
XProject LTD (v)	Cayman	Holding Financeira	100%	-
Controladas Indiretas				
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	BR	Corretora de Valores	100%	100%
XP Vida e Previdência S.A. (iii)	BR	Seguradora	100%	100%
Banco XP S.A.	BR	Instituição Financeira	100%	100%
XP Controle 3 Participações S.A.	BR	Holding Financeira	100%	100%
XPE Infomoney Educação Assessoria Empresarial e Participações Ltda.	BR	Consultoria em serviços financeiros	100%	100%



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Tecfinance Informática e Projetos de Sistemas Ltda.	BR	Prestação de serviços de TI	99,73%	99,76%
XP Corretora de Seguros Ltda.	BR	Corretora de seguros	99,99%	99,99%
	BR	Serviço de administração de TVM		
XP Gestão de Recursos Ltda.			94,90%	94,80%
XP Finanças Assessoria Financeira Ltda.	BR	Consultoria de investimentos	99,99%	99,99%
	BR	Intermediação de sistemas de informação		
Infostocks Informações e Sistemas Ltda.			99,99%	99,99%
	BR	Serviço de administração de TVM	99,54%	99,50%
XP Advisory Gestão Recursos Ltda.				
	BR	Serviço de administração de TVM	99,50%	99,45%
XP Vista Asset Management Ltda.		Holding seguradora	100%	100%
XP Controle 4 Participações S.A.	BR	Rede social	-	99,99%
Leadr Serviços Online Ltda. (vi)	BR	Pesquisa	-	100%
Spiti Analise Ltda. (vi)	BR	Consultoria em serviços financeiros	-	100%
Chamaleon Bravery Unipessoal LDA (vi)	PT	Corretora de Valores	100%	100%
XP Investments UK LLP	UK	Gestão de ativos	100%	100%
Sartus Capital LTD	UK	Corretora de Valores	-	100%
XP Private (Europe) S.A.	UK	Holding Internacional	100%	100%
XP Holding UK Ltd	UK	Corretora de Valores	100%	100%
XP Investments US LLC	USA	Corretora de Valores	-	100%
Xperience Market Services LLC (v)	USA	Holding Internacional	100%	100%
XP Holding International LLC (ii)	USA	Consultoria em serviços financeiros	100%	100%
XP Advisory US	USA	Serviço de administração de TVM	98,70%	98,70%
XP PE Gestão de Recursos Ltda. (iv)	BR	Serviço de administração de TVM	92,00%	92,00%
XP LT Gestão de Recursos Ltda. (iv)		Plataforma de consolidação de investimentos	99,99%	99,99%
Carteira Online Controle de Investimentos Ltda. (iv)	BR	Antecipação de recebíveis	100%	100%
Antecipa S.A. (iv)	BR	Serviço de administração de TVM	99,99%	99,99%
XP Allocation Asset Management Ltda. (iv)		Provedora de índices	100%	100%
Track Índices Consultoria Ltda. (iv)	BR	Mídias e eventos	99,00%	99,00%
XP Eventos Ltda. (iv)	BR	Corretora de seguros	100%	100%
DM10 Correrota de Seguros Ltda. (iv)	BR	Comercialização de Energia	100%	-
XP Comercializadora de Energia Ltda. (v)	BR	Entidade sem fins lucrativos	100%	-
Instituto XP (v)	BR	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100%	-
XP Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (v)		Serviços de conteúdo educacional	100%	-
Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação Ltda. (v) (iii)	BR	Recursos digitais	100%	-
Xchange Intermediação S.A. (v)	BR			
Fundos de investimentos				
Falx Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado			100%	100%
Investimento no Exterior	BR	Fundo de Investimento	-	83%
Javelin Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (vi)	BR	Fundo de Investimento	-	100%
Frade Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios NP (vi)	BR	Fundo de Investimento	-	100%
Frade III Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (vi)	BR	Fundo de Investimento	100%	100%
NIMROD Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	BR	Fundo de Investimento	-	100%
XP Managers Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (vi)	BR	Fundo de Investimento	100%	-
Newave Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. (v)	BR			

- O percentual de participação representa o capital total e o capital votante das empresas e entidades investidas.
- As controladas foram incorporadas legalmente em sua respectiva controladora imediata, sem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.
- Subsidiária constituída em 2018 para atuar no ramo de previdência privada e seguro de vida, que é regulamentado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) no Brasil.
- Controladas adquiridas em 2021 e 2020 conforme Nota 5 (ii) abaixo.
- Controladas Novas Controladas e fundos de investimentos incorporados durante o ano.
- Controladas e fundos de investimento fechados ou incorporados por outros durante o ano.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Combinação de negócios e Investimentos

(i) Aquisições em 2021

Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação Ltda ("IGTI")

Em 05 de novembro de 2021 o Grupo celebrou um acordo para adquirir 100% do capital social total do Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação LTDA ("IGTI"). A aquisição foi concluída na mesma data. O IGTI atua no desenvolvimento e coordenação de atividades de ensino, atividades de pesquisa científica e serviços educacionais.

A aquisição da IGTI foi concluída recentemente e a alocação do preço de compra para adquirir ativos, incluindo ágio, e passivos assumidos ainda é preliminar, aguardando o recebimento das avaliações finais do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de fechamento da transação. O valor total pago é de R\$ 46.381, sendo: i) R\$ 40.000 pagos à vista, ii) R\$ 5.000 pagos em seis parcelas anuais consecutivas de 2022 a 2027 corrigidos pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e iii) R\$ 1.381 como valor justo da contraprestação contingente.

Esta aquisição não é considerada relevante para as demonstrações financeiras consolidadas da XP Inc. O preço de compra preliminar foi alocado principalmente ao ágio, representando o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição.

Além disso, a Companhia incorreu em custos diretos para as combinações de negócios que foram contabilizados conforme incorridos.

Investimentos na XProject

Em 23 de agosto de 2021 o Grupo celebrou um acordo para adquirir 100% do capital social total da UFUK Empreendimentos e Participações S.A., posteriormente denominada XProject Participações S.A. A empresa é uma holding que tem por objetivo adquirir participação como sócia ou acionista de outras empresas no Brasil e no exterior. Esta aquisição não é considerada relevante para as demonstrações financeiras consolidadas da XP Inc.. O preço de compra é principalmente alocado ao ágio, representando o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição.

Investimentos na XP Comercializadora de Energia Ltda ("XP Energia")

Em 4 de maio de 2021 o Grupo celebrou um acordo para adquirir 100% do capital social total da Solis Comercializadora de Energia Ltda. posteriormente denominada XP Comercializadora de Energia Ltda ("XP Energia"). A empresa tem por objetivo atuar no comércio atacadista de energia elétrica, por meio de corretagem, representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação; prestação de serviços de intermediação entre compradores e vendedores de energia, entre outros serviços relacionados. Esta aquisição não é considerada relevante para as demonstrações financeiras consolidadas da XP Inc.. O preço de compra é principalmente alocado ao ágio, representando o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição.

Os resultados dessas operações dos negócios adquiridos em períodos anteriores às datas de aquisição, individualmente e em conjunto, não foram relevantes para as demonstrações de resultado consolidadas da Companhia e, portanto, não foram apresentadas informações pro forma.

(ii) Aquisições em participações minoritárias

A XP Inc. firmou acordos por meio de nossos fundos proprietários para adquirir uma participação minoritária na (i) Giant Steps, líder em fundos sistemáticos no Brasil; (ii) Capitânia Investimentos, gestora de ativos independente tradicional no Brasil especializada em estratégias de crédito corporativo, imobiliário e investimento em infraestrutura e (iii) Jive Investments, a maior gestora independente de investimentos alternativos do Brasil, oferecendo recuperação de crédito, imobiliário e outros estratégias de ativos e (iv) a Vista Capital, uma das principais gestoras independentes de ações e hedge funds do Brasil.

Aquisições em 2020

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a partir de cada data de aquisição foram:

O valor justo preliminar dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a partir de cada data de aquisição foram:

	Fliper	Antecipa	DM10	Total
Ativo				
Caixa	617	1.917	275	2.809
Outros ativos	-	95	411	506
Ativos intangíveis	2.869	10.037	2.950	15.856
	3.486	12.049	3.636	19.171



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivos

Outros passivos	(6.159)	(198)	(1.522)	(7.879)
-----------------	---------	-------	---------	---------

Total de ativos líquidos identificáveis pelo valor justo

	(2.673)	11.851	2.114	11.292
Ágio decorrente da aquisição	39.832	20.732	14.886	75.450
Contraprestação contingente	30.300	8.732	-	39.032

Valor de compra transferido

	67.459	41.315	17.000	125.774
Análise do Fluxo de Caixa da aquisição				
Caixa da subsidiária	(617)	(1.917)	(275)	(2.809)
Contas a pagar	-	(14.636)	(6.000)	(20.636)
Contraprestação contingente	(30.300)	(8.732)	-	(39.032)
Fluxo de Caixa na aquisição, líquido (atividades de investimento)	36.542	16.030	10.725	63.297

A partir de R\$ 63.297 do fluxo de caixa líquido na aquisição, R\$ 62.443 foram liquidados em 2020 e R\$ 854 foram liquidados em 2021.

*Durante o período de medição, a contrapartida de compra transferida para as aquisições foi ajustada para R\$ 125.774 (R\$ 100.923 previamente divulgado) em decorrência de ajustes de preço de compra. Assim, o ágio foi atualizado para R\$2.233.

** Durante o período de medição, a contrapartida preliminar para as aquisições foi ajustada para R\$39.032 (R\$14.183 divulgados anteriormente) em decorrência de um reajuste justo de valor de R\$24.849.

Para a alocação do preço de compra, foram identificados os seguintes ativos intangíveis. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo de ativos intangíveis adquiridos e identificados separadamente foram as seguintes:

Ativos	Valor	Método	Período de amortização esperada
Lista de clientes	2.181	Método de ganho em excesso em vários períodos	5,5 anos
Marcas e Patentes	3.799	Dispensa de royalties	5 anos
Tecnologia	9.876	Dispensa de royalties	5 anos

Para as aquisições concluídas, a contrapartida total paga é de R\$125.774, sendo: i) R\$62.443 pagos à vista, ii) R\$21.487 a pagar em três parcelas anuais consecutivas de 2020 a 2022 ajustadas pela taxa de Depósito Interbancário ("CDI") e iii) R\$ 39.032 como valor justo da contraprestação do contingente.

O ágio reconhecido inclui o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição, que não é reconhecido separadamente.

Além disso, a Companhia incorreu em custos diretos para as combinações de negócios que foram gastos como incorridos.

Os resultados das operações dos negócios adquiridos por períodos anteriores às aquisições, individualmente e no agregado, não foram relevantes para as demonstrações consolidadas de resultados da Companhia e, portanto, não foram apresentadas informações pro forma.

Aquisição da Carteira Online Controle de Investimentos Ltda.-ME ("Fliper")

Em 5 de junho de 2020, o Grupo celebrou um acordo para adquirir 100% do capital social total da Carteira Online Controle de Investimentos Ltda.-ME ("Fliper"). Fliper é uma plataforma automatizada de consolidação de investimentos que oferece conectividade e ferramentas aos usuários para realizar uma autogestão financeira intuitiva e inteligente. A transação permite que o Grupo ofereça a seus clientes recursos adicionais para administrar seus investimentos, à medida que a tendência de banco aberto continua se acelerando no Brasil. Em 13 de julho de 2020, a aquisição foi consumada, mediante homologação do Banco Central (BACEN).

Aquisição da DM10 Corretora de Seguros e Assessoria Ltda. ("DM10")

Em 9 de setembro de 2020, o Grupo firmou acordo para aquisição de 100% do capital social total da DM10 Corretora de Seguros e Assessoria Ltda. ("DM10"). DM10 é um mercado que conecta centenas de distribuidores independentes com produtos de Seguro de Vida e Previdência, agregando valor por meio de tecnologia e educação. Com a transação, o Grupo amplia sua rede de distribuição na área de seguros. Em 24 de setembro de 2020, a aquisição foi consumada, mediante homologação do Banco Central (BACEN).



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Aquisição da Antecipa S.A. ("Antecipa")

Em 29 de junho de 2020, o Grupo celebrou um acordo de 100% do capital social total da Antecipa S.A. ("Antecipa"). A Antecipa é uma plataforma digital focada no financiamento de recebíveis e oferece uma alternativa eficiente para as empresas otimizarem a gestão do seu fluxo de caixa. Para o Grupo, a aquisição representa uma oportunidade para expandir ainda mais sua gama de produtos e reforçar a presença da empresa nos segmentos de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e corporativos no Brasil, semelhante às iniciativas transformacionais da XP no Varejo, Alta Renda e Mercado Privado canais. Em 1º de setembro de 2020, a aquisição foi consumada, mediante homologação do Banco Central (BACEN).

Aquisição da Riza Capital Consultoria de Investimentos S.A ("Riza")

Em 23 de dezembro de 2020, o Grupo celebrou um acordo de aquisição de 100% do capital social total da Riza, empresa de consultoria financeira independente. A Riza conta com uma das equipes mais experientes e respeitadas do segmento, com experiência em importantes instituições financeiras e participação ativa em algumas das mais relevantes operações de M&A das últimas décadas. A transação está alinhada com a estratégia da XP Inc. de reforçar seu ecossistema de Mercado de Capitais.

A data de aquisição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, incluindo a alocação do preço de compra, não foi concluída pelo Grupo na data destas demonstrações financeiras consolidadas.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas**a) Aplicação interfinanceira de liquidez**

	Consolidado	
	2021	2020
Posição Bancada	3.315.972	1.409.742
Notas do Tesouro Nacional	2.664.842	876.146
Letras Financeiras do Tesouro		452.714
Letras do Tesouro Nacional	544.544	44.093
Debêntures	37.688	36.789
Certificados de Recebíveis Imobiliários	43.397	-
Letras Financeiras	25.501	-
Posição Financiada	5.574.848	5.218.037
Notas do Tesouro Nacional	1.556.305	4.241.569
Debêntures	906.519	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	2.586.894	-
Letras Financeiras	525.130	-
Letras do Tesouro Nacional	-	976.468
(-) Perdas esperadas	(2.569)	(370)
Total	8.888.251	6.627.409

As aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos referem-se a operações de compra com compromisso de revenda originadas na XP CCTVM e nos fundos exclusivos e foram praticadas a uma taxa média prefixada de 9.15 % a.a. (1,91% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 1.066.055 (R\$ 593.673 em 31 de dezembro de 2020) está sendo apresentado como caixa equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.



b) Obrigações por operações compromissadas

	Consolidado	
	2021	2020
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3.987.858	18.502.018
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	10.105.038	13.533.947
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	9.342.317	-
Debêntures	644.633	22.902
Certificados de Recebíveis Imobiliários	4.324.155	-
Letras de crédito financeiro (LF)	463.665	-
Total	28.867.666	32.058.867

Em 31 de dezembro de 2021, basicamente as obrigações por operações compromissadas foram pactuadas com taxas de juros de 9.14%a.a. (1,89%a.a. em 31 de dezembro de 2020), com ativos dados em garantia.

7. Instrumentos financeiros

	2021		Controladora 2020	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	673.676	673.983	267.749	268.430
Certificados de Depósitos Bancários ^(a)	51.766	52.072	101.003	101.684
Cotas de Fundos de Investimentos	553.509	553.509	166.746	166.746
Outros	68.401	68.402	-	-
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	48.354	45.982	46.262	46.560
Letras do Tesouro Nacional	48.354	45.982	46.262	46.560
Avaliados ao custo amortizado	41.393	41.051	-	-
Debêntures	41.393	41.051	-	-
Total ativos financeiros	763.423	761.016	314.011	314.990
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	536.881	518.804	-	-
Debêntures	536.881	518.804	-	-
Total passivos financeiros	536.881	518.804	-	-

	2021		Consolidado 2020	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	46.085.479	46.102.046	42.374.764	42.750.814
Títulos do Governo Brasileiro	13.887.118	13.889.356	28.311.275	28.676.390
Ações de companhias abertas	877.305	877.305	1.144.541	1.144.401
Debêntures	2.269.650	2.273.517	811.247	808.969
Fundos de investimentos	27.269.715	27.269.715	10.829.054	10.834.276
Certificado de Recebíveis Imobiliários	119.365	120.351	62.464	62.584
Certificados de Depósitos Bancários ^(a)	344.910	348.459	371.455	372.329
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	86.729	85.871	110.736	110.486
Letras Financeiras	648.164	654.580	81.265	82.002
Certificados de Operações Estruturadas	72.192	79.611	382.472	389.043
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	474	479
Outros ^(b)	510.331	503.281	269.781	269.855



Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	33.183.766	32.332.377	19.011.499	19.039.044
Letras do Tesouro Nacional	32.725.011	31.868.878	19.011.499	19.039.044
Títulos do Exterior ^(b)	458.755	463.499	-	-
Avaliados ao custo amortizado	2.241.304	2.238.807	1.776.673	1.775.611
Títulos do Exterior ^(b)	1.871.273	1.868.776	1.776.673	1.775.611
Debêntures	41.393	41.393	-	-
Cédula de Produto Rural	328.638	328.638	-	-
Total ativos financeiros	81.510.549	80.673.230	63.162.936	63.565.469
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	810.223	792.147	1.182.103	1.182.103
Títulos e valores mobiliários	273.342	273.343	1.182.103	1.182.103
Debêntures	536.881	518.804	-	-
Total passivos financeiros	810.223	792.147	1.182.103	1.182.103

(a) Em 31 de dezembro de 2021, Certificados de Depósitos bancários no valor de R\$ 25.473 na Controladora e R\$ 194.892 no Consolidado (R\$ 8.152 na Controladora e R\$ 111.927 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) estão sendo apresentados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(b) Títulos emitidos e negociados no exterior.

Abaixo apresentamos os títulos classificados por vencimento:

	Ativos		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes				
Circulante	694.506	208.563	-	-
Sem vencimento	621.914	166.746	-	-
Até 3 meses	15.022	23.608	-	-
De 3 a 12 meses	57.570	18.209	-	-
Não Circulante				
Acima de 12 meses	25.473	106.427	518.804	-
	25.473	106.427	518.804	-
Avaliados ao custo amortizado				
Circulante				
Acima de 12 meses	41.393	-	-	-
	41.393	-	-	-
Total	761.372	314.990	518.804	-

	Ativos		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes				
Circulante	40.408.207	29.641.493	273.343	1.182.103
Sem vencimento	24.454.807	12.200.539	273.343	1.182.103
Até 3 meses	4.549.261	181.014	-	-
De 3 a 12 meses	11.404.139	17.259.940	-	-



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Não Circulante	38.033.743	32.148.365	518.804	-
Acima de 12 meses	38.033.743	32.148.365	518.804	-
Avaliados ao custo amortizado				
Circulante	1.891.889	1.775.611	-	-
Até 3 meses	1.698.760	1.569.307	-	-
De 3 a 12 meses	193.129	206.304	-	-
Não Circulante	349.415	-	-	-
Acima de 12 meses	349.415	-	-	-
Total	80.683.254	63.565.469	792.147	1.182.103

A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em títulos e valores mobiliários segregada por estágio de acordo com o CPC 48/IFRS 9 foi demonstrada na Nota 14.

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza os instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições globais de taxas de câmbio, taxas de juros e preço das ações.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, termo, opções e *swaps*, é apurado de acordo com os seguintes critérios:

- Swap - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume posição de compra em um indexador e posição de venda em outro.
- Contratos a termo - Ao valor de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar pré-fixadas em data futura, ajustadas a valor presente, com base nas taxas de mercado publicadas na B3.
- Futuros - Taxas de câmbio, preços de ações e *commodities* são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou taxa definido e pode haver uma liquidação financeira ou por meio da entrega do ativo. As liquidações são realizadas diariamente com base na variação de preços do instrumento.

Consolidado 2021				
	Ativos		Passivos	
	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência
Swaps	4.127.989	33.227.776	1.220.826	25.291.441
Contratos a termo	1.723.441	23.412.409	1.430.688	20.085.131
Futuros	184.478	917.388	136.246	1.429.232
Opções	875.356	10.447.716	3.822.137	22.103.981
Total	6.911.264	68.005.289	6.609.897	68.909.785

Consolidado 2020				
	Ativos		Passivos	
	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência
Swaps	1.696.155	11.519.383	899.179	7.946.466
Contratos a termo	543.505	6.094.599	315.221	8.315.311
Futuros	175	72.882	11.571	44.572.363
Opções	533.182	48.855.069	1.404.259	7.898.415
Total	2.773.017	66.541.933	2.630.230	68.732.555



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Opções - contratos de opção oferecem ao comprador o direito de comprar o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado.

		Controladora	
		2021	
		Ativos	Passivos
		Valor justo	Valor de referência
Swaps	-	36.844	509.200
Contratos a termo	-	83.556	80.800
Total	-	120.400	590.000

		Controladora	
		2020	
		Ativos	Passivos
		Valor justo	Valor de referência
Swaps	-	14.746	95.619
Contratos a termo	-	46.680	352.336
Total	-	61.426	447.955

A composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, valor justo e prazo de vencimento estão demonstradas a seguir:

		Controladora			
		2021			
	Valor Justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Passivos					
Swaps	36.844	31	-	-	36.844
Contratos a termo	83.556	69	2.107	-	81.449
Total	120.400	100	2.107	-	118.293

		Controladora			
		2020			
	Valor Justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Passivos					
Swaps	14.746	24	-	-	14.746
Contratos a termo	46.680	76	16.141	-	30.539
Total	61.426	100	16.141	-	45.285



Consolidado

2021

	Valor Justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos					
<i>Swaps</i>	4.127.989	60	106.126	298.893	3.722.970
Contratos a termo	1.723.441	25	560.565	207.290	955.586
Futuros	184.478	2	12.091	2.664	169.723
Opções	875.356	13	126.167	160.394	588.795
Total	6.911.264	100	804.949	669.241	5.437.074
Passivos					
<i>Swaps</i>	1.220.826	18	113.880	258.284	848.662
Contratos a termo	1.430.688	22	240.700	152.841	1.037.147
Futuros	136.246	2	2.006	3.946	130.294
Opções	3.822.137	58	103.983	159.904	3.558.250
Total	6.609.897	100	460.569	574.975	5.574.353

Consolidado

2020

	Valor Justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos					
<i>Swaps</i>	1.696.155	61	111.241	191.709	1.393.205
Contratos a termo	543.505	20	237.976	280.465	25.064
Futuros	175	0	175	-	-
Opções	533.182	19	337.004	141.500	54.678
Total	2.773.017	100	686.396	613.674	1.472.947
Passivos					
<i>Swaps</i>	899.179	34	118.213	201.655	579.311
Contratos a termo	315.221	12	169.720	94.535	50.966
Futuros	11.571	1	(1.108)	1.742	10.937
Opções	1.404.259	53	405.386	132.752	866.121
Total	2.630.230	100	692.211	430.684	1.507.335

Instrumentos Financeiros Derivativos por Índice:

Controladora

	2021		2020	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Contratos a termo				
<i>Passivos</i>				
Moeda estrangeira	80.800	(83.556)	352.336	(46.680)

**Swaps***Passivos*

Moeda estrangeira	9.200	(23.115)	95.619	(14.746)
Juros	500.000	(13.729)	-	-

Ativos

<i>Passivos</i>		(120.400)		(61.426)
Net		(120.400)		(61.426)

Consolidado**Swaps***Ativos*

	2021		2020
Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Moeda estrangeira	2.789.970	118.139	3.085.580
Juros	20.833.748	2.054.904	8.433.803
Ações	8.942.414	1.875.375	-
<i>Commodities</i>	661.644	79.571	-

Passivos

Moeda estrangeira	1.720.470	(92.724)	2.522.288
Juros	21.948.747	(1.127.211)	5.424.178
Ações	1.622.224	(891)	-

Contratos a termo*Ativos*

Moeda estrangeira	16.534.197	336.747	5.456.010
Ações	4.603.031	412.097	325.519
<i>Commodities</i>	1.368.886	68.302	280.118
Juros	906.295	906.295	32.952

Passivos

Moeda estrangeira	17.799.747	(444.603)	8.002.249
Juros	906.302	(906.302)	32.944
<i>Commodities</i>	1.367.600	(68.302)	280.118
Ações	11.482	(11.481)	-

Futuros*Ativos*

Moeda estrangeira	614.818	184.478	-
Juros	155.487	-	72.882
Ações	147.083	-	-

Passivos

Juros	576.704	(136.246)	44.572.363
Moeda estrangeira	705.333	-	-
Ações	147.083	-	-
<i>Commodities</i>	112	-	-

Opções*Posição de compra*

Moeda estrangeira	28.777	69.179	3.853.323
Ações	4.789	191.519	731.816
Juros	10.414.150	614.658	44.269.930

*Posição de venda*

Moeda estrangeira	689.645	(596.739)	3.853.323	(393.205)
Ações	6.491.511	(1.859.805)	1.267.323	(188.012)
Juros	14.249.295	(1.285.241)	2.777.769	(823.042)
Commodities	673.530	(80.352)	-	-

<i>Ativos</i>	<i>6.911.264</i>	<i>2.773.017</i>
<i>Passivos</i>	<i>(6.609.897)</i>	<i>(2.630.230)</i>
Valor líquido	301.367	142.787

9. Hedge Contábil

O Grupo possui dois tipos de relações de hedge: hedge de investimento líquido em operações no exterior e hedge de valor justo.

Para fins de *hedge* contábil, os fatores de risco medidos pelo Grupo são:

- Taxa de Juros: Risco de volatilidade nas operações sujeitas à variação das taxas de juros;
- Risco Cambial: Risco de volatilidade nas operações sujeitas à variação cambial.

A estrutura de limites de risco estende-se ao nível dos fatores de risco, onde limites específicos visam aprimorar os processos de monitoramento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas projetadas para as categorias de taxas de juros e de câmbio levam em consideração o risco total quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Em certos casos, a administração pode decidir fazer hedge de um risco para o prazo do fator de risco e o limite do instrumento de hedge.

a) Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o objetivo do Grupo era proteger o risco gerado pela variação do dólar dos investimentos na XP Holding International LLC e XP Advisory US, nos EUA.

O Grupo contrata operações de derivativos para se proteger das mudanças da variação cambial de investimentos líquidos em operações no exterior.

O Grupo realiza a gestão de risco por meio da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e o item protegido, nos quais se espera que esses instrumentos se movam em direções opostas, nas mesmas proporções, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco.

Estratégias	Objeto de <i>Hedge</i>		Instrumento de <i>Hedge</i>		
	Valor contábil		Valor Nominal	Variação no Valor	
	Ativos	Passivos		Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>
2021					
Risco cambial					
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	310.069	-	502.245	19.474	(21.241)
Total	310.069	-	502.245	19.474	(21.241)

**2020****Risco cambial**

Hedge de Investimento de

Operações Líquidas no Exterior	245.986	-	52.299	349.218	(60.563)
Total	245.986	-	52.299	349.218	(60.563)

b) Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo do Grupo consiste na proteção da exposição de títulos de renda fixa emitidos através de certificados de operações estruturadas.

A estratégia de hedge de risco de mercado envolve evitar flutuações temporárias nos resultados decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros em reais. Uma vez compensado esse risco, o Grupo busca indexar a carteira ao CDI, por meio da utilização de derivativos (DI1 Futuro).

O *hedge* é contratado com o objetivo de neutralizar a exposição total ao risco de mercado da carteira de recursos de renda fixa, excluindo a parcela da remuneração em renda fixa representada pelo *spread* de crédito do Banco XP S.A., buscando aproximar os prazos e volumes ao máximo possível.

Os efeitos do *hedge* contábil na posição financeira e na performance do Grupo são apresentados abaixo:

Estratégias	Objeto de Hedge			Instrumento de Hedge	
	Valor contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Valor Nominal	Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos			
2021					
Risco de Taxa de Juros					
Hedge de títulos de renda fixa	-	7.635.838	493.728	7.608.546	(481.464)
Total	-	7.635.838	493.728	7.608.546	(481.464)

Estratégias	Objeto de Hedge			Instrumento de Hedge	
	Valor contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Valor Nominal	Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos			
2020					
Risco de Taxa de Juros					
Hedge de títulos de renda fixa	-	2.178.459	(47.923)	2.188.732	46.795
Total	-	2.178.459	(47.923)	2.188.732	46.795

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a relação entre a variação do objeto e instrumento de *hedge* de investimento líquido no exterior, era altamente eficaz.

					2021
		Valor contábil (i)		Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Inefetividade de Hedge reconhecida no resultado
Instrumentos de Hedge	Valor Nominal	Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Futuros	7.608.546	-	7.635.838	(481.464)	12.264



Instrumentos de Hedge	Valor contábil (i)			Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Inefetividade de Hedge reconhecida no resultado
	Valor Nominal	Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Futuros	2.188.732	-	2.178.459	46.795	(1.128)

(i) Valores registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos". Veja Nota 8.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto hedge:

Estratégias	2021			2020		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste ao valor justo	Valor contábil	Valor Nominal	Ajuste ao valor justo	Valor contábil
Hedge de Valor Justo	7.608.546	(481.464)	493.728	2.188.732	(47.923)	46.795
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	502.245	(21.241)	19.474	349.218	52.299	(60.563)
Total	8.110.791	(502.705)	513.202	2.537.950	4.376	(13.768)

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de hedge:

	2021						
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Total
Hedge de Valor Justo	47.006	193.247	424.402	892.290	3.127.526	2.924.075	7.608.546
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	64.176	220.430	166.299	51.340	-	-	502.245
Total	111.182	413.677	590.701	943.630	3.127.526	2.924.075	8.110.791

	2020						
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Total
Hedge de Valor Justo	1.977	13.375	94.099	44.843	672.978	1.361.460	2.188.732
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	-	-	146.547	202.671	-	-	349.218
Total	1.977	13.375	240.646	247.514	672.978	1.361.460	2.537.950

10. Operações de crédito

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de operações de crédito por modalidade, setor do devedor, vencimento e concentração:

Empréstimos por modalidade	Consolidado	
	2021	2020
Pessoa Física		
Empréstimos com garantias financeiras ^(a)	7.296.172	2.698.018
Empréstimos sem garantias financeiras	117.032	116.978
Cartão de crédito	2.605.598	51.270
Pessoa Jurídica		
Empréstimos com garantias financeiras ^(a)	1.887.649	946.008
Empréstimos sem garantias financeiras	937.586	113.155



Total operações de crédito	12.844.037	3.925.429
Provisão para perdas esperadas	(24.410)	(7.101)
Total	12.819.627	3.918.328

- (a) Empréstimos garantidos por ativos financeiros de clientes da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Por vencimento	2021	2020
A vencer em até 3 meses	2.539.387	160.918
A vencer entre 3 e 12 meses	2.081.563	580.183
A vencer após 12 meses	8.223.087	3.184.328
Total das operações de crédito	12.844.037	3.925.429

Maiores devedores	2021	2020
Maior credor	227.229	150.040
10 maiores credores	1.162.802	726.904
20 maiores credores	1.721.591	1.043.583
50 maiores credores	2.793.814	1.521.310
100 maiores credores	3.899.644	1.885.614

XP Investimentos oferece produtos de crédito por meio do Banco XP aos seus clientes. Os produtos de empréstimo oferecidos aos seus clientes são totalmente garantidos pelos investimentos dos clientes na plataforma XP e produto de crédito estritamente relacionado aos investimentos em notas estruturadas, em que o tomador é capaz de operar alavancado, mantendo a própria nota estruturada como garantia do empréstimo.

Certas operações de crédito originadas pelo crédito colateralizado possuem risco insignificante de perda, o que resultou em nenhuma perda de crédito esperada sendo reconhecida de acordo com o modelo de perda de crédito esperada do Grupo em 31 de dezembro de 2020 para ativos financeiros com valor contábil de R\$ 297.443. Em 31 de dezembro de 2021, as perdas de crédito esperadas foram reconhecidas em relação a todos os ativos financeiros.

A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em operações de crédito segregada por estágio de acordo com o CPC 48/IFRS 9 foi demonstrada na Nota 14. Esses estágios são reavaliados periodicamente de acordo com a política de risco de crédito da XP Investimentos.

11. Rendas a receber

	Consolidado	
	2021	2020
Clientes ⁽ⁱ⁾	419.595	455.316
Dividendos e JCP a receber – Fundos	535	505
Outros ⁽ⁱⁱ⁾	52.400	50.944
(-) Provisão para perda esperada	(6.531)	(6.418)
Total	465.999	500.347

- (i) Referem-se a valores a receber de remuneração por distribuição de fundos e valores a receber pela gestão de fundos efetuados pela XP Gestão além de valores a receber referente à prestação de serviços, os quais possuem prazo médio de realização de 30 dias. Não existe concentração nos saldos a receber em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.
- (ii) Principalmente relacionado a contas a receber da B3.

A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em rendas a receber segregada por estágio de acordo com o CPC 48/IFRS 9 foi demonstrada na Nota 14.



12. Impostos e contribuições a compensar

	Controladora	
	2021	2020
Pagamentos antecipados de imposto de renda (IRPJ e CSLL)	91.362	89.340
Outros	-	-
Total	91.362	89.340
Circulante	91.362	89.340
Não Circulante	-	-
	Consolidado	
	2021	2020
Pagamentos antecipados de imposto de renda (IRPJ e CSLL)	146.636	122.070
Impostos sobre receita (PIS e COFINS)	5.654	3.993
Impostos sobre serviços (ISS)	1.002	979
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	24	-
Impostos sobre valor agregado (IVA)	-	581
Total	153.316	127.623
Circulante	153.316	127.623
Não Circulante	-	-

13. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2021	2020
Comissões e prêmios pagos antecipadamente ^(a)	3.829.712	1.314.328
Despesas de <i>marketing</i>	28.147	28.056
Serviços pagos antecipadamente	13.384	4.340
Outras despesas pagas antecipadamente	101.563	44.464
Total	3.972.806	1.391.188
Circulante	245.353	280.834
Não Circulante	3.727.453	1.110.354

(a) Composto principalmente por programas de investimento de longo prazo implementados pela XP CCTVM por meio de sua rede de AAls. Essas comissões e prêmios pagos são reconhecidos na data de assinatura de cada contrato e são amortizados no resultado da Companhia, de forma linear, de acordo com o prazo do investimento.

14. Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros e reconciliação do valor contábil bruto

a) Reconciliação do valor contábil bruto dos ativos financeiros

Segue apresentada a seguir a reconciliação por estágios do valor contábil bruto dos Ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - que têm suas ECLs (perdas esperadas de crédito) mensuradas no modelo de três estágios e na abordagem simplificada.

Estágio 1	Balanço em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	19.047.899	13.292.005	-	-	-	-	32.339.904
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Títulos e valores mobiliários	1.776.674	464.630	-	-	-	-	2.241.304
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.408.256	2.482.564	-	-	-	-	8.890.820



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operações de Crédito	3.599.808	9.013.279	(667.692)	(3.494)	211.648	-	12.153.549
Total exposição on-balance	30.832.637	25.252.478	(667.692)	(3.494)	211.648	-	55.625.577
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	1.334.467	(59.408)	(5)	32.932	-	1.307.986
Total de exposições	30.832.637	26.586.945	(727.100)	(3.499)	244.580	-	56.933.563

Estágio 2	Balanço em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	325.621	(94.671)	(211.648)	-	667.692	-	686.994
Total exposição on-balance	325.621	(94.671)	(211.648)	-	667.692	-	686.994
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	35.810	(2.878)	(32.932)	-	59.408	-	59.408
Total de exposições	361.431	(97.549)	(244.580)	-	727.100	-	746.402

Estágio 3	Balanço em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Cura do estágio 1	Cura do estágio 2	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	-	-	-	-	3.494	-	3.494
Total exposição on-balance	-	-	-	-	3.494	-	3.494
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	-	-	-	5	-	5
Total de exposições	-	-	-	-	3.499	-	3.499

Estágios consolidados	Balanço em 31 de dezembro de 2020	Desreconhecimento	Compra / (Liquidação)	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	19.047.899	-	13.292.005	32.339.904
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	1.776.674	-	464.630	2.241.304
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.408.256	-	2.482.564	8.890.820
Operações de Crédito	3.925.429	-	8.918.608	12.844.037
Total exposição on-balance	31.158.258	-	25.157.807	56.316.065
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	35.810	-	1.331.589	1.367.399
Total de exposições	31.194.068	-	26.489.396	57.683.464



Estágio 1	Balanço em 31 de dezembro de 2019	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	2.616.118	16.431.781	-	-	-	-	19.047.899
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Títulos e valores mobiliários	761.500	1.015.174	-	-	-	-	1.776.674
Aplicação interfinanceira de liquidez	9.182.038	(2.773.782)	-	-	-	-	6.408.256
Operações de Crédito	-	3.599.808	-	-	-	-	3.599.808
Total exposição on-balance	12.559.656	18.272.981	-	-	-	-	30.832.637
Total de exposições	12.559.656	18.272.981	-	-	-	-	30.832.637

Estágio 2	Balanço em 31 de dezembro de 2019	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	-	325.621	-	-	-	-	325.621
Total exposição on-balance	-	325.621	-	-	-	-	325.621
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	35.810	-	-	-	-	35.810
Total de exposições	-	361.431	-	-	-	-	361.431

Estágios consolidados	Balanço em 31 de dezembro de 2019	Desreconhecimento	Compra / (Liquidação)	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.616.118	-	16.431.781	19.047.899
Títulos e valores mobiliários				
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	761.500	-	1.015.174	1.776.674
Aplicação interfinanceira de liquidez	9.182.038	-	(2.773.782)	6.408.256
Operações de Crédito	-	-	3.925.425	3.925.427
Total exposição on-balance	12.559.656	-	18.598.600	31.158.256
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-		35.810	35.810
Total de exposições	12.559.656	-	18.598.600	31.194.066

Para 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP não possui ativos financeiros classificados como Estágio 3.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que têm suas ECLs mensuradas usando a abordagem simplificada:

Natureza	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	954.170	970.123
Contas a receber	472.530	506.702
Outros ativos financeiros	511.181	73.282
Total	1.937.881	1.550.108

a) Perda de crédito esperada

A tabela a seguir apresenta a evolução das ECLs, mensuradas em modelo de três estágios, para ativos classificados como Ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes - e Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, segregados por estágios:

Estágio 1	ECL em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	8.855	(1.328)	-	-	-	-	7.527
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Títulos e valores mobiliários	1.062	1.435	-	-	-	-	2.497
Aplicação interfinanceira de liquidez	370	2.199	-	-	-	-	2.569
Operações de Crédito	5.648	17.207	(6.926)	(2.197)	225	-	13.957
Total exposição on-balance	15.935	19.513	(6.926)	(2.197)	225	-	26.550
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	1.014	(288)	-	-	-	726
Total de exposições	15.935	20.527	(7.214)	(2.197)	225	-	27.276
Estágio 2	ECL em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	1.453	(912)	(225)	-	6.926	-	7.242
Total exposição on-balance	1.453	(912)	(225)	-	6.926	-	7.242
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	-	-	-	288	-	288
Total de exposições	1.453	(912)	(225)	-	7.214	-	7.530



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Cura do estágio 1	Cura do estágio 2	ECL em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	-	-	-	-	2.197	-	2.197
Total exposição on-balance	-	-	-	-	2.197	-	2.197
Total de exposições	-	-	-	-	2.197	-	2.197

Estágios consolidados	Balanco em 31 de dezembro de 2020	Desreconhecimento	Compra / (Liquidação)	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	8.855	-	(1.328)	7.527
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	1.062	-	1.435	2.497
Aplicação interfinanceira de liquidez	370	-	2.199	2.569
Operações de Crédito	7.101	-	16.295	23.396
Total exposição on-balance	17.388	-	18.601	35.989
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	-	1.014	1.014
Total de exposições	17.388	-	19.615	37.003

Estágio 1	ECL em 31 de dezembro de 2019	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2020
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	-	8.855	-	-	-	-	8.855
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Títulos e valores mobiliários	-	1.062	-	-	-	-	1.062
Aplicação interfinanceira de liquidez	-	370	-	-	-	-	370
Operações de Crédito	2	5.648	-	-	-	-	5.650
Total exposição on-balance	2	15.933	-	-	-	-	15.935
Total de exposições	2	15.933	-	-	-	-	15.935

Estágio 2	ECL em 31 de dezembro de 2019	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	-	1.453	-	-	-	-	1.453
Total exposição on-balance	-	1.453	-	-	-	-	1.453
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	1.453	-	-	-	-	1.453
Total de exposições	-	1.453	-	-	-	-	1.453



Estágios consolidados	Balanco em 31 de dezembro de 2019	Desreconhecimento	Compra / (Liquidação)	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.855	8.855
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.062	1.062
Aplicação interfinanceira de liquidez	-	-	370	370
Operações de Crédito	2	-	7.099	7.101
Total exposição on-balance	2	-	17.386	17.388
Total de exposições	2	-	17.386	17.388

A tabela a seguir apresenta as ECLs para os ativos financeiros mensurados de acordo com a abordagem simplificada no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Perdas de crédito esperadas	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	81.988	55.485
Rendas a receber	6.531	6.418
Outros ativos financeiros	49.666	3.312
Total	138.185	65.215

b) Perdas de crédito esperadas segregadas por produtos

A seguir, são apresentadas as perdas de crédito esperadas para 2021 e 2020, segregadas pelos produtos:

Perdas de crédito esperadas	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.527	8.855
Títulos e Valores Mobiliários	7.527	8.855
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	166.647	73.748
Títulos e Valores Mobiliários	2.497	1.062
Aplicação interfinanceira de liquidez	2.569	370
Operações de crédito	23.396	7.101
Negociação e Intermediação de Valores	81.988	55.485
Rendas a receber	6.531	6.418
Outros ativos financeiros	49.666	3.312
Total de perdas esperadas	174.174	82.603
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	1.014	-
Total de exposições	175.188	82.603



15. Investimentos

A seguir são apresentadas as coligadas e a joint ventures do Grupo a partir de 31 de dezembro de 2021. As empresas listadas abaixo têm capital social composto exclusivamente de ações ordinárias, que são detidas diretamente pelo Grupo. O país de constituição ou registro é também seu principal local de negócios, e a proporção de participação acionária é a mesma que a proporção de direitos de voto detidos.

a) Controladas diretas

Empresas	Informações financeiras								
	Patrimônio líquido em 31/12/21	Resultado líquido em 31/12/21	Saldo em 31/12/20	Aquisição/ baixa e/ou aumento de capital	Equivalência patrimonial	Plano de pagamento baseado em ações	Outros resultados abrangentes	Ágio	Saldo em 31/12/21
Controladas materiais									
XP Controle 3	5.729.956	256.295	3.532.706	1.979.230	276.437	455.798	(514.308)	-	5.729.863
WHG	101.174	(40.899)	695.859	34.158	(13.482)	-	(9.873)	-	706.662
XP Holding Internacional	295.237	5.300	232.026	-	5.300	29.417	18.694	-	285.437
XP Controle 4	84.951	35.042	47.634	1.000	35.042	1.276	-	-	84.952
XP Seguros	75.126	21.980	45.072	(4.856)	21.352	22.313	(8.755)	-	75.126
XP Educação	75.075	5.692	41.004	27.650	5.692	729	-	-	75.075
NK 112 Empreendimentos	9.854	146	-	4.990	(73)	-	-	32.060	36.977
Associadas/Controladas individualmente imateriais									
Demais Controladas	7.569.677	841.884	176.402	(148.545)	310.697	51.305	(130.848)	19.254	278.265
Total	13.941.050	1.125.440	4.770.703	1.893.627	640.965	560.838	(645.090)	51.314	7.272.357

b) Participação em coligadas e joint ventures

A seguir estão as coligadas e joint ventures do grupo em 31 de dezembro de 2021 em que a Administração considera relevantes para o grupo:

Empresa	2020	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Ágio (i)	2021
Método de equivalência patrimonial						
Coligadas (ii.a)	697.924	33.036	(5.862)	(20.641)	86.287	790.744
Joint ventures (ii.b)	1.983	-	(1.848)	1.062	-	1.197
Total	699.907	33.036	(7.710)	(19.579)	86.287	791.941

Empresa	2019	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Ágio (i)	2020
Coligadas (ii.a)	-	75.093	1.639	(56)	621.248	697.924
Joint ventures (ii.b)	-	2.335	(777)	17	408	1.983
Total	-	77.428	862	(39)	621.656	699.907

- (i) Relacionado a aquisições de coligadas e joint ventures. O ágio reconhecido inclui o valor das sinergias esperadas decorrentes dos investimentos e inclui um elemento de contraprestação contingente.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, incluem as participações no capital votante e total das seguintes empresas: (a) Coligadas - Wealth High Governance Holding de Participações SA (49,9% do capital total e votante em 31 de dezembro 2021 e 2020); O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações Ltda. (29,3% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2021 e 20% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2020) e NK112 Empreendimentos e Participações S.A. (49,9% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2021); (b) Joint ventures - Du Agro Holdings S.A. (49% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2021 e 2020).



16. Imobilizado de uso e intangível e arrendamento

(i) Imobilizado em uso

Controladora

	Sistema de proc. de dados	Móveis e equip.	Sistemas de segurança	Instalações	Imob. Em curso	Veículos	Total
Saldos em 01/01/2020	-	40	-	84	-	-	124
Adições	-	-	-	-	100.581	-	100.581
Alienações/Baixas	-	(34)	-	(74)	-	-	(108)
Depreciações	-	(6)	-	(10)	-	-	(16)
Saldos em 31/12/2020	-	-	-	-	100.581	-	100.581
Custo	-	-	-	-	100.581	-	100.581
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 01/01/2021	-	-	-	-	100.581	-	100.581
Adições	-	-	-	-	60.539	-	60.539
Saldos em 31/12/2021	-	-	-	-	161.120	-	161.120
Custo	-	-	-	-	161.120	-	161.120
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-

Consolidado

	Sistema de proc. de dados	Móveis e equip.	Sistemas de segurança	Instalações	Imob. Em curso	Veículos	Total
Saldos em 01/01/2020	34.447	27.756	1.544	78.717	-	-	142.464
Adições	15.457	5.539	1.239	2.650	120.279	-	145.164
Alienações/Baixas	(2.432)	(6.191)	(535)	(41.376)	(963)	-	(51.497)
Transferências	(2.411)	516	(820)	14.279	(17.706)	-	(6.142)
Depreciações	(11.179)	(5.004)	(425)	(9.349)	-	-	(25.957)
Saldos em 31/12/2020	33.882	22.616	1.003	44.921	101.610	-	204.032
Custo	53.871	32.592	2.158	54.890	101.610	-	245.121
Depreciação acumulada	(19.989)	(9.976)	(1.155)	(9.969)	-	-	(41.089)
Saldos em 01/01/2021	33.882	22.616	1.003	44.921	101.610	-	204.032
Adições	37.469	93	229	4	63.250	34.399	135.444
Alienações/Baixas	(298)	(728)	(170)	(375)	(729)	-	(2.300)
Transferências	5	(15)	15	-	-	-	5
Variação cambial	(31)	245	(327)	3	-	-	(110)
Depreciações	(13.096)	(3.990)	(60)	(5.353)	(35)	(573)	(23.107)
Saldos em 31/12/2021	57.931	18.221	690	39.200	164.096	33.826	313.964
Custo	89.376	31.813	1.584	54.535	164.096	34.399	375.803
Depreciação acumulada	(31.445)	(13.592)	(894)	(15.335)	-	(573)	(61.839)



(ii) Intangível

Consolidado

	Software	Intangível desenv. internamente	Ágio	Lista de clientes	Marcas	Total
Saldo em 01/01/2020	66.310	27.555	382.500	60.599	16.488	553.452
Adições	117.129	28.051	-	1.188	-	146.368
Combinação de negócios	8.143	-	91.866	2.181	3.314	105.504
Alienações/Baixas	(22.064)	-	-	-	-	(22.064)
Transferências	2.857	3.285	-	-	-	6.142
Amortizações	(57.222)	(3.880)	-	(5.683)	(9.055)	(75.840)
Saldos em 31/12/2020	115.153	55.011	474.366	58.285	10.747	713.562
Custo	219.029	55.011	474.366	76.049	52.616	877.071
Amortização acumulada	(103.876)	-	-	(17.764)	(41.869)	(163.509)
Saldo em 01/01/2021	115.153	55.011	474.366	58.285	10.747	713.562
Adições	129.648	30.808	-	40.000	-	200.456
Combinação de negócios	1.733	-	68.379	-	486	70.598
Alienações/Baixas	(13.099)	(2.675)	-	-	(1.000)	(16.774)
Transferências	51.993	(52.484)	-	-	486	(5)
Variação cambial	(970)	203	-	-	341	(426)
Amortizações	(144.471)	(21)	-	(5.796)	(8.493)	(158.781)
Saldo em 31/12/2021	139.987	30.842	542.745	92.489	2.567	808.630
Custo	291.379	30.918	542.745	116.050	88.877	1.069.969
Amortização acumulada	(151.392)	(76)	-	(23.561)	(86.310)	(261.339)

(iii) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

Dada a interdependência dos fluxos de caixa e a fusão de práticas de negócios, todas as entidades do Grupo são consideradas uma única unidade geradora de caixa ("UGC") e, portanto, o teste de redução ao valor recuperável do ágio é realizado em nível operacional único. Portanto, o valor contábil considerado para o teste de redução ao valor recuperável representa o patrimônio da Companhia.

O Grupo testa se o ágio sofreu alguma deterioração anualmente. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor recuperável da UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso que requerem o uso de premissas. Os cálculos usam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, cobrindo um período de quatro anos.

Os fluxos de caixa além do período de quatro anos são extrapolados usando as taxas de crescimento estimadas, que são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor específico em que o Grupo opera.

O Grupo realizou seu teste anual de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o que não resultou na necessidade de reconhecer perdas no valor contábil do ágio.

As principais premissas usadas nos cálculos do valor em uso são:

Premissa	Abordagem utilizada para determinar valores
Vendas	Taxa média de crescimento anual no período de quatro anos previsto; com base no desempenho passado e nas expectativas em relação ao desenvolvimento de mercado.
Margem bruta orçada	Com base no desempenho passado e nas expectativas para o futuro.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Outros custos operacionais	Custos fixos, que não variam significativamente com os volumes ou preços de vendas. A administração prevê esses custos com base na estrutura atual do negócio, ajustando a aumentos inflacionários, mas sem refletir reestruturações futuras ou medidas de redução de custos.
Despesa anual de capital	Custos de caixa esperados. Experiência histórica da administração nas despesas planejadas de reforma. Nenhuma receita incremental ou economia de custos é assumida no modelo de valor em uso como resultado dessas despesas.
Taxa de crescimento a longo prazo	Taxa de crescimento média ponderada usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período orçamentário. As taxas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.
Taxas de desconto antes dos impostos	Reflete riscos específicos relacionados aos segmentos relevantes e aos países em que operam.

A taxa de crescimento de longo prazo utilizada no teste de redução do valor recuperável do ágio é de 6,50%.

As taxas de desconto representam a atual avaliação de mercado dos riscos específicos do Grupo, levando em consideração o valor temporal do dinheiro e os riscos dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto baseia-se nas circunstâncias do Grupo e deriva do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração a dívida e o patrimônio. O custo do patrimônio líquido é derivado do retorno esperado do investimento pelos investidores do Grupo. O custo da dívida é baseado nos empréstimos com juros do Grupo. Ajustes na taxa de desconto são feitos para levar em consideração o valor e o momento específicos dos fluxos fiscais futuros, a fim de refletir uma taxa de desconto antes dos impostos. A taxa média de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é 9,82% (10,47% em 31 de dezembro de 2020).

(iv) Arrendamento mercantil

A seguir, são apresentados os valores contábeis dos ativos e passivos de arrendamento mercantil e as variações durante o período:

	Consolidado	
	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 1 de janeiro de 2020	227.478	255.406
Adições ⁽ⁱ⁾	62.003	55.820
Despesa de depreciação	(41.465)	-
Baixas	(78.321)	(78.321)
Despesa de juros	-	19.456
Reavaliação	(9.115)	(10.050)
Impairment	422	-
Variação cambial	22.132	23.610
Pagamento de obrigações de arrendamento mercantil	-	(57.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	183.134	208.448
Circulante	-	34.019
Não Circulante	183.134	174.429
Saldos em 1 de janeiro de 2021	183.134	208.448
Adições ⁽ⁱ⁾	116.248	116.248
Despesa de depreciação	(45.511)	-
Baixas	(856)	-
Despesa de juros	-	17.488
Reavaliação	25.305	24.234
Variação cambial	6.189	7.486
Pagamento de obrigações de arrendamento mercantil	-	(55.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	284.509	318.555
Circulante	-	71.925
Não Circulante	284.509	246.630



- I. As adições de ativos de direito de uso no período incluem pagamentos antecipados a arrendadores e passivos acumulados.

O Grupo reconheceu despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R\$ 1.021 para o período findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.910 - 31 de dezembro de 2020). A despesa total com aluguel de R\$17.795 (R\$ 9.615 - 31 de dezembro de 2020) incluem outras despesas relacionadas com escritórios alugados, como condomínio.

17. Instrumentos de Dívida

	2021	2020
Operações de financiamento (a)	21.977.607	6.227.898
Depósitos	11.754.031	4.033.050
Depósitos à vista	229.691	44.536
Depósitos a prazo	11.518.095	3.988.514
Depósitos interbancários	6.245	-
Letras financeiras	2.587.738	16.389
Certificados de operações estruturadas	7.635.838	2.178.458
Títulos de dívida emitidos (b)	251.702	335.250
Debêntures	169.094	335.250
Notas promissórias	82.608	-
Total	22.229.309	6.563.147
Circulante	9.133.062	2.731.816
Não circulante	13.096.247	3.831.331

(a) Vencimento

31 de dezembro de 2021

Classe	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósito à vista	229.691	-	-	-	-	-	229.691
Depósito a prazo	751.676	520.694	712.092	4.263.565	2.341.770	2.928.298	11.518.095
Depósito interbancário	-	3.125	-	-	-	3.120	6.245
Letras financeiras	-	-	-	10.945	6.164	2.570.629	2.587.738
Certificados de operações estruturadas	1.510	3.940	5.428	9.120	21.640	7.594.200	7.635.838
Total	982.877	527.759	717.520	4.283.630	2.369.574	13.096.247	21.977.607

31 de dezembro de 2020

Classe	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósito à vista	44.536	-	-	-	-	-	44.536
Depósito a prazo	67.501	1.185	57.781	191.886	2.161.762	1.508.399	3.988.514
Letras financeiras	-	-	-	-	-	16.389	16.389
Certificados de operações estruturadas	-	-	-	945	1.489	2.176.025	2.178.459
Total	112.037	1.185	57.781	192.831	2.163.251	3.700.813	6.227.898

**(b) Instrumentos de dívidas emitidos**

O saldo total é composto pelas seguintes emissões próprias:

		2021			2020		
		Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Total
Notas promissórias (ii)		82.608		82.608	-	-	-
Debêntures (i)	Taxa Fixa / Taxa variável	169.094	-	169.094	204.731	130.519	335.250
Total		251.702	-	251.702	204.731	130.519	335.250
Circulante				251.702			204.731
Não Circulante				-			130.519

(i) Debêntures

O valor do principal e os juros acumulados relacionados à primeira emissão vencem na data de vencimento, enquanto que na segunda emissão, 50% do valor principal vence em 15 de maio de 2021 e o saldo remanescente na data do vencimento, e juros acumulados a cada 12 meses a partir da data de emissão. A taxa anual é de 107,5% CDI com valor unitário no período findo de R\$505,68.

As emissões de debêntures contêm cláusulas contratuais restritivas (*financial covenants*), as quais estão em conformidade com as determinadas condições de performance, conforme nota 36 (ii).

(ii) Emissões pela XP Energia**a. Notas Promissórias**

Em 9 de setembro de 2021, a XP Energia, subsidiária do grupo, emitiu a primeira nota promissória com o objetivo de financiar o capital de giro da empresa e os investimentos em tesouraria relacionados ao negócio de comercialização de energia elétrica no atacado. O valor do principal é devido e pago na data de vencimento em 04 setembro de 2022, e a taxa de juros é o CDI + 3,5% taxa pré-fixada.

b. Debêntures

Em 8 de dezembro de 2021, a XP Energia emitiu Debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 90.000. A série de Debêntures tem limite máximo de emissão autorizado de até R\$ 1.500.000. O objetivo é financiar o capital de giro e os investimentos de tesouraria do Grupo relacionados ao negócio de comércio atacadista de eletricidade. O valor do principal é devido e será pago na data de vencimento de 8 de dezembro de 2023. A taxa de juros é CDI+2,5% pré-fixada pagável anualmente. Em 31 de dezembro de 2021 o valor total é de R\$ 90.679, que é detido por entidades do Grupo e como tal não está incluído nas demonstrações financeiras consolidadas.

18. Negociação e intermediação de valores (ativos e passivos)

Os saldos estão representados por operações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por conta e ordem de terceiros, com ciclo operacional de liquidação entre D+1 e D+3.

	2021	2020
Caixa e registro de liquidação	107.246	18.128
Devedores por liquidação pendente	846.924	991.662
Outros	-	235.571
(-) Perdas esperadas na negociação e intermediação de valores mobiliários (a)	(81.988)	(55.485)
Total do ativo	872.182	1.189.876
Caixa e registro de liquidação	220.208	49.005
Credores por liquidação pendente	14.549.129	20.111.496
Total do passivo	14.769.337	20.160.501

- (i) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda esperada em negociação e intermediação de valores por estágio de acordo com a IFRS 9/CPC 48 foi demonstrada na Nota 14.



19. Empréstimos

	Taxa de juros %	Vencimento	2021	Consolidado 2020
Empréstimos bancários (i)	113% do CDI	Março 2021	-	10.523
Partes relacionadas			-	10.523
Instituição Financeira (iii)	0,813%	Mai 2022	1.651.871	
Instituição Financeira (ii)	CDI + 0,774%	Abril 2023	276.911	273.564
Terceiros			1.928.782	273.564
Total de empréstimos			1.928.782	284.087
Circulante			1.661.067	17.637
Não Circulante			267.715	266.450

- I. Contrato de empréstimo XP CCTVM com o Itaú Unibanco S.A. cujo vencimento foi em 8 de março de 2021.
- II. Contrato de empréstimo da controladora XP Investimentos celebrado em 28 de março de 2018 com a International Finance Corporation (IFC). A amortização ocorrerá somente no vencimento e os juros são pagos a cada seis meses.
- III. Contrato de empréstimo com o Banco Nacional de México.

As obrigações por empréstimos contêm cláusulas contratuais restritivas (*financial covenants*), as quais estão em conformidade com as determinadas condições de performance, conforme nota 36(ii).

20. Outros ativos e passivos financeiros

	2021	Consolidado 2020
Carteira de câmbio	331.563	43.129
Valores a receber de agentes autônomos de investimento	177.895	27.377
Outros ativos financeiros	1.723	2.777
(-) Provisão para perda esperada em outros ativos financeiros (i)	(49.666)	(3.312)
Total	461.515	69.971
Circulante	331.563	43.129
Não-circulante	129.952	26.842

- (i) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda esperada de acordo com o IFRS 9/CPC 48 são apresentadas na Nota 14.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contraprestação contingente (ii)	482.744	447.817	521.776	462.000
Carteira de câmbio	-	-	425.409	70.208
Operações com cartão de crédito	-	-	2.522.833	50.727
Arrendamentos	-	-	318.555	208.448
Outros passivos financeiros	-	23.231	35.227	40.080
Total	482.744	471.048	3.823.800	831.463
Circulante	482.744	23.231	3.577.171	195.033
Não Circulante	-	447.817	246.629	636.430



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Contraprestações contingentes contratuais principalmente associadas à aquisição de investimento (Nota 15). O prazo de pagamento da contraprestação contingente total é de até 6 anos e o valor máximo contratual a pagar é de R\$ 878.506 (o valor mínimo é zero). Em 31 de dezembro de 2021, o montante total inclui R\$ 216.666 de contraprestação contingente derivado das aquisições (Nota 5).

21. Obrigações sociais e estatutárias

Obrigações sociais e estatutárias são compostas principalmente pelo programa de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários, que não se estende à diretoria executiva. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisões no balanço patrimonial na rubrica "Obrigações sociais e estatutárias" é de R\$ 1.020.187 (R\$ 666.826 em 31 de dezembro de 2020).

		Consolidado
	2021	2020
Obrigações aos acionistas não controladores	106.322	82.524
Participação nos lucros dos empregados ⁽ⁱ⁾	776.713	483.378
Salários e outros benefícios a pagar	137.152	100.924
Total	1.020.187	666.826

- I. O Grupo possui um programa de bônus para seus funcionários, conforme acordado em negociação coletiva, que não se estende à Diretoria Executiva. A participação nos lucros definitiva é apurada semestralmente e os pagamentos efetuados nos meses de fevereiro e agosto.

22. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2021	2020
IRPJ e CSLL	274.519	261.490
Impostos sobre plano de incentivo de longo prazo (a)	155.454	62.155
PIS e COFINS	32.140	46.136
ISS	23.260	23.729
INSS	20.318	12.291
Outros	45.086	29.985
Total	550.777	435.786
Circulante	550.777	435.786
Não Circulante	-	-

(a) O montante classificado como Impostos sobre plano de incentivo de longo prazo inclui FGTS e INSS.

O passivo de imposto de renda do Grupo é apresentado líquido de ativos fiscais que as entidades estão autorizadas a compensar durante o exercício corrente. A linha inclui IRPJ atual passivo de R\$ 610.265 (R\$ 536.422 - 2020) e Antecipação de IR de R\$ 538.809 (R\$ 291.973 - 2020). A linha também inclui impostos que a XP é responsável por pagar em nome de seus clientes (ou seja, impostos retidos na fonte sobre os investimentos do cliente) no valor de R\$ 17.561 (R\$ 20.219 - 2020).

23. Provisões técnicas de previdência privada

Em 31 de dezembro de 2021, os planos ativos são principalmente produtos PGDL e VGDL estruturados na forma de contribuição variável, com o objetivo de conceder aos participantes retornos com base no capital acumulado na forma de saques mensais para um determinado período.

Nesse sentido, esses produtos financeiros representam contratos de investimento que possuem a forma legal de planos de previdência privada, mas que não transferem risco de seguro para o Grupo. Portanto, as contribuições recebidas dos participantes são contabilizadas como passivos e o saldo consiste no saldo do participante no FIE vinculado na data do balanço (Nota 7).



	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	13.387.913	3.759.090
Contribuições recebidas	3.056.032	1.678.532
Portabilidade	16.854.605	7.657.636
Retiradas	(1.468.710)	(304.194)
Juros recebidos – FIE	91.560	596.849
Saldos em 31 de dezembro	31.921.400	13.387.913

24. Impostos e contribuições

(a) Impostos diferidos

	Controladora	
	Balanco Patrimonial	
	2021	2020
Prejuízo fiscal a compensar	21.958	6.774
Crédito tributário decorrente de ágio na aquisição de investimentos ⁽ⁱ⁾	1.768	5.303
Perdas esperadas	951	214
Instrumentos de <i>hedge</i>	28.124	20.433
Outras provisões	7.161	(1.719)
Total	59.962	31.005
Ativo fiscal diferidos	59.962	31.005
Passivo fiscal diferidos	-	-

	Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Variação Líquida no período	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízos fiscais acumulados	108.138	7.382	100.756	(9.764)
Ágio em combinação de negócios (i)	12.429	22.838	(10.409)	535
Provisões para comissões de agentes e gratificações	76.974	94.544	(17.570)	26.503
Reavaliação de ativos financeiros ao valor justo	173.740	(16.780)	190.520	(42.039)
Perdas esperadas	43.931	19.444	24.487	13.778
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	260.865	164.808	96.057	23.672
Ganho com instrumentos de hedge	28.124	20.987	7.137	57.371
Remuneração baseada em ações	385.594	115.976	269.618	113.025
Outras provisões	154.340	67.494	86.845	34.211
Total	1.244.135	496.693	747.441	217.292
Ativo fiscal diferido	1.273.069	505.045		
Passivo fiscal diferido	(28.934)	(8.352)		

- I. Para fins fiscais, o ágio é amortizado linearmente em 5 anos conforme legislação vigente contra lucros tributáveis futuros.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As movimentações no imposto diferido líquido foram reconhecidas da seguinte forma:

	2021	2020
Saldos em 1 de janeiro	496.694	279.401
Variações cambiais	(16.949)	6.373
Imposto diferido	387.551	196.498
Imposto referente a instrumentos financeiros de outros resultados abrangentes	376.839	14.422
Saldos em 31 de dezembro	1.244.135	496.694

Impostos diferidos não reconhecidos

Um ativo diferido é calculado sobre prejuízos fiscais quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. O Grupo não reconheceu ativos fiscais diferidos de R\$ 39.446 (R\$ 37.309 em 31 de dezembro de 2020) principalmente com relação a perdas de controladas no exterior e que podem ser compensados e utilizados contra lucros tributáveis futuros.

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto sobre o lucro antes de impostos do Grupo difere do valor teórico que resultaria da taxa média ponderada de imposto aplicável aos lucros das entidades consolidadas. A seguir está uma reconciliação da despesa de imposto de renda com o lucro (prejuízo) do período, calculado pela aplicação das alíquotas legais combinadas de 34% para o período findo em 31 de dezembro:

	Controladora	
	2021	2020
Resultado antes dos impostos	457.078	673.612
	34,00%	34,00%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	155.407	229.028
Incentivos fiscais	-	(27)
Despesas não dedutíveis (a)	(168.268)	(215.684)
Outros	7.011	-
Total	(5.850)	13.317
Taxa de imposto efetiva	(1,28)%	1,98%
Corrente	-	4.686
Diferido	(5.850)	8.631
	(5.850)	13.317

(i) Corresponde substancialmente à equivalência patrimonial de investidas

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado antes dos impostos	687.157	1.005.164
Alíquotas de impostos combinadas no Brasil	34,00%	34,00%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	233.633	341.755



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Rendimentos de entidades não sujeitas a tributação	554	(12.470)
Efeito do diferencial de alíquotas de entidades do grupo	146.377	35.377
Efeito de imposto das entidades optantes pelo lucro presumido (a)	(61.697)	37.946
Efeito de transações Intercompany com tributações distintas	(78.987)	(74.289)
Incentivos fiscais	(21.036)	(14.354)
Despesas não dedutíveis	20.550	49.640
Outros	(18.100)	(23.681)
Total	221.294	339.924
Alíquota efetiva	32,20%	33,82%
Corrente	608.845	536.422
Diferido	(387.551)	(196.498)
Total	221.294	339.924

(a) Certas controladas elegíveis adotaram o regime tributário de lucro presumido e o efeito nas Controladas representa a diferença entre a tributação com base nesse método e o valor que seria devido com base na taxa legal aplicada ao lucro tributável. Além disso, algumas entidades e fundos de investimento adotam diferentes regimes de tributação de acordo com as regras aplicáveis em suas jurisdições.

Outros resultados abrangentes

Os valores de impostos (debitados)/creditados relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes são:

	Antes dos Impostos	(Despesa) / Crédito	Depois dos impostos
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior	57.439	-	57.439
Variação no ajuste do hedge de investimento no exterior	(91.762)	31.199	(60.563)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	40.979	(16.776)	24.203
31 de dezembro de 2020	6.656	14.423	21.079
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior	20.792	-	20.792
Variação no ajuste do hedge de investimento no exterior	(32.184)	10.942	(21.242)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(914.914)	365.897	(549.017)
31 de dezembro de 2021	(926.306)	376.839	(549.467)

25. Patrimônio líquido**(a) Capital social e reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 3.636.389 (R\$ 1.429.816 – 2020) divididos em 3.603.311.063 ações nominativas e sem valor nominal (2.349.324.144 – 2020).

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia possui duas classes de ações: (i) ações ordinárias, com direito a um voto por ação nas assembleias gerais de acionistas, incluindo a eleição dos diretores; e (ii) ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais de acionistas, mas com prioridade, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Ambas as classes têm direito a dividendos compartilhados igualmente e proporcionalmente ao interesse de cada acionista.

Em AGE de 23 de dezembro de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 501.900, mediante a emissão de 311.153.219 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,606925. Também foi aprovada a conversão da totalidade das 1.016.457 ações preferenciais de emissão da Companhia, todas de titularidade da única acionista XP Inc., em ações ordinárias.

Em AGE de 12 de maio de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 300.000, mediante a emissão de 168.758.140 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,77769.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em AGE de 1º de julho de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 741.573, mediante a emissão de 409.061.654 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,81268.

Em AGE de 21 de julho de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 500.000, mediante a emissão de 310.883.902 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,60832.

Em AGE de 13 de outubro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 1.000.000, mediante a emissão de 551.076.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,81463.

Em AGE de 28 de outubro de 2021, foi aprovado a redução do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 335.000, mediante o cancelamento de 184.610.494 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do Lucro Líquido é apurado no balanço individual da controladora XP Investimentos.

A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do Lucro Líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social.

(c) Distribuição de dividendos

É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do Lucro Líquido do exercício após as destinações específicas.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2021, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor a Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos. Em 2021 e 2020, a XP Investimentos não pagou dividendos aos acionistas.

(d) Outros resultados abrangentes

São classificadas como outros resultados abrangentes, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

26. Partes relacionadas

As transações e remuneração de operações entre as partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos e taxas médias usuais do mercado e em condições de comutatividade.

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui diretores estatutários executivos, membros do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria.

		Consolidado
	2021	2020
Remuneração do pessoal-chave da Administração		
Remuneração fixa	39.600	2.977
Remuneração variável	-	29.800
Total	39.600	32.777

Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou o plano de incentivo baseado em ações ("PSUs") a certos diretores.



Os diretores executivos estatutários da XP Inc (controladora do Grupo) controlam a XP Controle Participações S.A.

(b) Transações entre partes relacionadas

Relação e transação	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Acionistas com influência significativa ^(a)	(2.096.701)	(5.667.588)	(60.177)	(53.881)
Títulos e Valores Mobiliários	194.892	112.127	4.270	9.629
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	19.098	-
Valores a Receber	9.205	11.238	744	505
Obrigações por operações compromissadas	(2.300.798)	(5.780.430)	(84.268)	(62.951)
Empréstimos	-	(10.523)	(21)	(1.064)

^(a) Estas transações estão relacionadas ao Itaú Unibanco que se tornou acionista da Companhia em agosto de 2018 e desde então passou a ser considerada parte relacionada.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas informações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Essas operações incluem: (i) prestação de serviços de educação, consultoria e assessoria empresarial; (ii) assessoria e consultoria financeira em geral; (iii) administração de recursos e prestação de serviços na área de gestão de carteiras; (iv) prestação de serviços na área de tecnologia da informação e processamento de dados; e (v) prestação de serviços na área de seguros.

27. Provisões e contingências passivas

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Periodicamente, a Administração avalia os riscos tributários, cíveis e trabalhistas e os riscos, com base em dados legais, econômicos e fiscais, com a finalidade de classificar os riscos como prováveis, possíveis ou remotos, de acordo com as chances de ocorrerem e serem liquidados, levando em consideração, caso a caso, das análises elaboradas por consultores jurídicos externos.

	Consolidado	
	2021	2020
Fiscais	10.374	10.097
Cíveis	12.539	4.281
Trabalhistas	6.395	5.333
Total	29.308	19.711
Depósitos judiciais (i)	11.202	10.199

- (i) Há circunstâncias em que o Grupo está questionando a legitimidade de certos litígios ou reclamações. Como resultado, seja por ordem judicial ou com base na estratégia adotada pela administração, o Grupo pode ser obrigado a garantir parte ou todo o valor em questão por meio de depósitos judiciais, sem que isso seja caracterizado como liquidação do passivo. Esses valores são classificados como "Outros ativos" nos balanços patrimoniais consolidados.

Movimentação das provisões

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	19.711	15.193
Atualização monetária	6.837	4.102
Provisões	8.457	3.499
Reversão de provisões	(3.132)	(1.454)
Pagamentos	(2.565)	(1.629)
Saldo final	29.308	19.711



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Fiscal

A partir de 31 de dezembro de 2021, o Grupo tem reivindicações classificadas como risco provável de perda no valor de R\$ 10.374 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 10.097), referentes às contribuições sociais sobre a receita (PIS e COFINS), questionando a exclusão desse imposto próprio sobre a base de cálculo sobre as receitas. De acordo com as leis e regulamentos tributários brasileiros, essa prática é legal para os impostos do IVA (ICMS). Esses processos são suportados por depósitos judiciais em sua totalidade.

b) Cíveis

A maioria dos processos cíveis e administrativos envolvem questões normais e específicas do negócio e referem-se a pedidos de indenização, principalmente, em função de: (i) prejuízos financeiros no mercado de ações; (ii) gestão de carteira; e (iii) supostas perdas geradas na liquidação de ativos de clientes por causa de margem e/ou saldo negativo. Em 31 de dezembro de 2021, existiam 105 processos cíveis e administrativos com probabilidade de perda classificada como provável, no montante de R\$ 12.539 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 4.281). O montante de R\$ 758 foi depositado judicialmente em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 100).

c) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas das quais o Grupo é parte dizem respeito principalmente: (i) à existência (ou não) de uma relação de trabalho entre o Grupo e os AAls; e (ii) verbas rescisórias de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas são rés em aproximadamente 18 processos envolvendo questões trabalhistas com probabilidade de perda classificada como provável, no montante de R\$ 6.395 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 5.333).

Passivos contingentes - probabilidade de perda classificada como possível

Além das provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais são rés, e a probabilidade de perda é considerada possível, e as contingências montam a aproximadamente R\$ 487.121 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 217.426). Este valor não está provisionado.

Abaixo está um resumo dessas possíveis reivindicações por natureza:

	2021	2020
Fiscal (i)	228.602	71.027
Cíveis (ii)	232.775	136.228
Trabalhista	25.744	10.171
Total	487.121	217.426

- (i) Em dezembro de 2019, o Grupo foi autuado pelas autoridades fiscais para a exigência de contribuição previdenciária devido ao pagamento de participação de empregados nos lucros referente ao ano calendário de 2015, supostamente em violação à Lei 10.101 / 00. Atualmente, o primeiro recurso foi negado pela primeira instância administrativa da Delegacia da Receita. O Grupo proporá recurso ordinário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Existem outras súmulas favoráveis do CARF sobre o assunto e o Grupo obteve pareceres jurídicos que respaldam a defesa do Grupo e a prática atual.

Em novembro de 2021, o Grupo foi autuado pelas autoridades fiscais para exigência de contribuições previdenciárias devido a pagamentos de participação nos lucros de empregados relativos ao ano-calendário de 2017, supostamente em violação à Lei 10.101/00 e despesas não dedutíveis para o imposto de renda em valor recebido pelos membros do Conselho. O valor reclamado é de R\$ 97.456. Contra a autuação foi interposto recurso administrativo, que aguarda julgamento pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

Em dezembro de 2021, o Grupo recebeu autuação fiscal no valor total de R\$ 58.262 por benefícios ocorridos em 2016, referente ao ágio amortizado originado na aquisição da General Atlantic e Actis na XP CCTVM em anos distintos (2013 e 2016). Contra a autuação foi interposto recurso administrativo, que aguarda julgamento pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

- (ii) O Grupo possui 586 ações cíveis e administrativas de clientes e agentes de investimento, principalmente relacionadas à gestão de carteiras, classificação de risco, direitos autorais e rescisão de contratos. O valor total representa o valor máximo coletivo a que o Grupo está exposto com base nos valores dos sinistros atualizados monetariamente.



28. Receitas operacionais líquidas

a) Receita líquida de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços deriva principalmente de serviços prestados e taxas cobradas nas transações diárias dos clientes, portanto, principalmente reconhecidas em um determinado momento. Os contratos que resultam em receita reconhecida ao longo do tempo não são relevantes. A segregação da receita pelas principais linhas de serviço é:

	Consolidado	
	2021	2020
Corretagem com operações em bolsa	2.465.217	2.139.985
Colocação de Títulos	1.917.403	1.429.824
Distribuição e gestão de fundos	1.489.736	1.224.125
Comissões de Seguros	133.070	112.802
Serviços educacionais	71.295	118.272
Serviços bancários	192.923	90.804
Outros serviços	532.034	386.780
Receita de prestação de serviços	6.801.678	5.502.592
(-) Impostos totais sobre serviços (i)	(604.770)	(486.104)
Receita líquida de prestação de serviços	6.196.908	5.016.488

(i) Refere-se principalmente a impostos sobre serviços (ISS) e impostos sobre receitas (PIS e COFINS).

b) Resultado com instrumentos financeiros

	Consolidado	
	2021	2020
Ganhos /(perdas) com instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado e variação cambial	3.799.821	1.893.443
Receita líquida com juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.240.046)	(223.536)
(-) Impostos e contribuições sobre receitas financeiras	(116.425)	(73.777)
Resultado líquido de instrumentos financeiros	2.443.350	1.596.130

c) Distribuição por segmento

	2021	2020
Brasil	8.287.122	5.915.317
Estados Unidos	332.046	655.817
Europa	21.090	41.484
Total de receita	8.640.258	6.612.618

	2021	2020
Brasil	6.484.148	3.852.388
Estados Unidos	106.736	129.956
Europa	1.747	4.123
Ativos selecionados (i)	6.592.631	3.986.467

(i) Ativos selecionados são Ativos totais da Companhia, menos: ativos financeiros e ativo fiscal diferido e são apresentados por localização geográfica.

Nenhum dos clientes representou mais de 10% de nossas receitas nos períodos apresentados.



29. Custos operacionais

	Consolidado	
	2021	2020
Custo de Comissões	2.719.611	2.087.197
Perdas e provisões operacionais /(reversão)	35.844	31.295
Outros custos	497.900	456.789
Despesas de Serviços do sistema Financeiro	236.093	274.409
Despesas de serviços de terceiros	88.431	92.998
Outros	173.376	89.382
Total	3.253.355	2.575.281

30. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com vendas	21	80	227.473	134.915
Despesas administrativas	164.385	208.987	4.640.970	2.965.096
Despesas de Pessoal	147.530	202.378	3.423.934	2.135.416
Remuneração	147.530	7.849	1.412.961	843.688
Honorários diretoria	-	194.419	143.763	194.418
Participação de empregados no lucro	-	-	1.362.046	807.640
Benefícios	-	30	130.187	75.302
Encargos Sociais	-	80	358.878	208.151
Outros	-	-	16.099	6.217
Despesas tributárias	9.792	2.180	36.198	42.064
Despesas de depreciação	-	16	68.618	67.423
Despesas de amortização	177	176	158.781	75.839
Outras Despesas Administrativas	6.886	4.237	953.439	644.354
Despesas de processamento de dados	-	12	445.435	321.215
Despesas de serviços técnicos especializados	-	2.497	152.663	68.540
Despesas de serviços de terceiros	-	963	247.062	161.967
Despesas de aluguéis	-	-	16.498	17.955
Despesas de comunicação	-	72	30.038	29.311
Despesas de viagens	-	-	13.282	9.923
Despesas judiciais e legais	-	-	9.292	6.976
Outros	6.886	693	39.169	28.467
Total	164.406	209.067	4.868.443	3.100.011

31. Outras receitas / (despesas) operacionais

	Consolidado	
	2021	2020
Outras receitas operacionais	408.698	375.943
Recuperação de encargos e despesas	4.473	1.798
Reversão provisões operacionais	7.422	1.366
Rendas de incentivos do tesouro direto e B3	366.163	352.879
Juros recebidos sobre os impostos	7.604	5.521
Outras	23.036	14.379
Outras Despesas Operacionais	(88.803)	(201.529)
Despesas com processos judiciais/acordo com clientes	(3.667)	(45.277)



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Prejuízo na alienação de outros valores e bens	(4.377)	(52.102)
Incentivos fiscais	(10.788)	(8.136)
Multas e penalidades	(1.150)	(15.715)
Taxas regulatórias	(11.545)	(9.962)
Caridade	(30.171)	(41.654)
Outras	(27.105)	(28.683)

Total**319.895****174.414****32. Plano de incentivo baseado em ações**

O Plano foi aprovado pela reunião do Conselho de Administração da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019 e a primeira concessão de *Restricted Shares Units* (RSU) e *Performance Share Unit* (PSU) foi em 10 de dezembro de 2019.

No plano de *Restricted Shares Units*, as ações são concedidas sem custo ao participante na data da concessão. As RSUs são concedidas semestralmente, suas condições de aquisição estão relacionadas aos serviços prestados, e tais condições são atingidas a uma razão determinada em cada período de emissão no limite de aquisição de até cinco anos. Após os períodos de aquisição, as ações ordinárias serão emitidas aos participantes. Para as PSUs, as condições de aquisição são atingidas a seguinte razão: (i) 33% serão adquiridos no terceiro ano após a concessão, (ii) 33% serão adquiridos no quarto ano após a concessão e (iii) 34% serão adquiridos no quinto ano após a data da concessão.

Na *Performance Share Unit*, as ações são concedidas aos participantes elegíveis e suas condições de aquisição são baseadas em métricas relacionadas a um período de cinco anos e ao retorno total ao acionista (TSR), incluindo o aumento do preço das ações, dividendos e retornos de capital.

Se um participante elegível deixar de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos serão perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que devem ser aprovadas pela Administração caso a caso.

Depois que as PSUs são adquiridas, as ações ordinárias entregues devem ser mantidas por um período adicional de um ano, geralmente para um período total combinado de aquisição e retenção de seis anos a partir da data da concessão.

33. Lucro por ação (básico e diluído)

A tabela a seguir reflete o Lucro Líquido e as informações de ações usadas nos cálculos de lucro por ação básico e diluído:

	2021	2020
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	462.928	660.295
Quantidade média de ações em circulação (mil unidades)	2.895.954	2.044.669
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	0,1599	0,3229

O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, uma vez que o Grupo não possui instrumentos diluidores.

34. Determinação do valor justo

O Grupo avalia os instrumentos financeiros, como determinadas aplicações financeiras e derivativos, pelo valor justo na data de cada balanço.

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Os instrumentos financeiros incluídos no nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros públicos e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, Bolsas de Valores).

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que maximizam o uso de dados observáveis de mercado e confiam o menos possível nas



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

estimativas específicas da entidade. Se todos os dados significativos exigidos para o valor justo como instrumento forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados no nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros privados e instrumentos financeiros negociados em um mercado secundário.

Nível 3: Se um ou mais dos dados significativos não forem observáveis, o instrumento será incluído no nível 3. Esse é o caso para títulos patrimoniais não cotados.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- Ativos financeiros (exceto derivativos) - O valor justo dos títulos é determinado por referência aos preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Se não houver preço de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas observáveis e pelas taxas de mercado na data de apresentação.
- Swap - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume as duas posições - coloque um indexador e chame outro.
- Termo - pelo valor de cotação de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas em B3.
- Futuros - Taxas de câmbio, preços de ações e commodities são compromissos de compra ou venda de um instrumento financeiro em data futura, por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados em dinheiro ou entrega. As liquidações diárias em dinheiro dos movimentos de preços são feitas para todos os instrumentos.
- Opções - os contratos de opções dão ao comprador o direito de comprar o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado.
- Outros ativos e passivos financeiros - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- Operações de crédito - o valor justo é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- Contraprestação contingente: O valor justo do passivo de contraprestação contingente relacionado com aquisições é estimado aplicando a abordagem de receita e descontando os pagamentos futuros esperados aos acionistas vendedores de acordo com os termos dos contratos de compra e venda.

Abaixo estão os ativos e passivos financeiros do Grupo por nível na hierarquia de valor justo. A avaliação do Grupo da importância de um dado para a mensuração do valor justo requer julgamento e pode afetar a avaliação dos ativos e passivos do valor justo e sua colocação dentro dos níveis da hierarquia do valor justo:

	Controladora				
	2021				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários	553.509	120.474	-	673.983	673.983
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e Valores Mobiliários	45.982	-	-	45.982	45.982
Avaliados ao custo amortizado					
Títulos e Valores Mobiliários	41.393	-	-	41.393	41.051
Rendas a receber	-	2.766	-	2.766	2.766
Outros ativos financeiros	-	897	-	897	897
Passivos financeiros					



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Valor justo por meio do resultado

Títulos e Valores Mobiliários	-	518.804	-	518.804	518.804
Instrumentos financeiros derivativos	-	120.400	-	120.400	120.400

Avaliados ao custo amortizado

Obrigações por operações compromissadas	-	46.493	-	46.493	46.493
Instrumentos de financiamento	-	168.589	-	168.589	169.094
Obrigações por empréstimos e arrendamento mercantil	-	276.758	-	276.758	276.911
Fornecedores	-	44.760	-	44.760	44.760
Outros passivos financeiros	-	-	482.744	482.744	482.744

Controladora**2020**

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários	166.746	101.684	-	268.430	268.430
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e Valores Mobiliários	46.560	-	-	46.560	46.560
Avaliados ao custo amortizado			-		
Rendas a receber		691	-	691	691
Outros ativos financeiros	-	1.434	-	1.434	1.434
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	-	61.426	-	61.426	61.426
Avaliados ao custo amortizado					
Obrigações por operações compromissadas	-	45.984	-	45.984	45.984
Obrigações por empréstimos e arrendamento mercantil	-	273.478	-	273.478	273.563
Debêntures	-	331.520	-	331.520	335.250
Fornecedores	-	94.021	-	94.021	94.021
Outros passivos financeiros	-	9.048	462.000	471.048	471.048

Consolidado**2021**

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários	42.208.330	3.893.716	-	46.102.046	46.102.046
Instrumentos financeiros derivativos	184.478	6.726.786	-	6.911.264	6.911.264
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e Valores Mobiliários	32.332.377	-	-	32.332.377	32.332.377
Avaliados ao custo amortizado					
Títulos e Valores Mobiliários	1.870.205	671.977	-	2.542.182	2.238.807
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	9.124.719	-	9.124.719	8.888.251
Negociação e intermediação de valores	-	872.182	-	872.182	872.182
Rendas a receber	-	12.843.973	-	12.843.973	12.819.627
Operações de crédito	-	465.999	-	465.999	465.999
Outros ativos financeiros	-	461.515	-	461.515	461.515



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	273.343	518.804	-	792.147	792.146
Instrumentos financeiros derivativos	136.246	6.473.651	-	6.609.897	6.609.897
Avaliados ao custo amortizado					
Obrigações por operações compromissadas	-	28.967.625	-	28.967.625	28.867.666
Negociação e intermediação de valores	-	14.769.337	-	14.769.337	14.769.337
Instrumentos de dívida	-	19.874.900	-	19.874.900	22.229.309
Obrigações por empréstimos e arrendamento mercantil	-	1.932.859	-	1.932.859	850.942
Fornecedores	-	1.928.782	-	1.928.782	1.928.782
Outros passivos financeiros	-	3.302.024	521.776	3.823.800	3.823.800
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários	40.877.322	1.873.492	-	42.750.814	42.750.814
Instrumentos financeiros derivativos	175	2.772.842	-	2.773.017	2.773.017
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e Valores Mobiliários	19.039.044	-	-	19.039.044	19.039.044
Avaliados ao custo amortizado					
Títulos e Valores Mobiliários	1.776.785	-	-	1.776.785	1.775.611
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	6.627.044	-	6.627.044	6.627.409
Negociação e intermediação de valores	-	1.189.876	-	1.189.876	1.189.876
Rendas a receber	-	500.347	-	500.347	500.347
Operações de crédito	-	4.037.954	-	4.037.954	3.918.328
Outros ativos financeiros	-	69.971	-	69.971	69.971
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	1.182.103	-	-	1.182.103	1.182.103
Instrumentos financeiros derivativos	11.571	2.618.659	-	2.630.230	2.630.230
Avaliados ao custo amortizado					
Obrigações por operações compromissadas	-	31.810.893	-	31.810.893	32.058.867
Negociação e intermediação de valores	-	20.160.501	-	20.160.501	20.160.501
Depósitos	-	3.659.986	-	3.659.986	4.033.050
Certificados por operações estruturadas	-	2.178.459	-	2.178.459	2.178.459
Obrigações por empréstimos e arrendamento mercantil	-	492.441	-	492.441	492.535
Debêntures	-	331.520	-	331.520	335.250
Fornecedores	-	852.483	-	852.483	852.483
Outros passivos financeiros	-	177.403	462.000	639.403	639.403

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo de contraprestações contingentes total é reportado pelo valor justo e depende da rentabilidade da coligada adquirida (WHG) e dos negócios (Flipper e Antecipa). O passivo de contraprestações contingentes representa o valor máximo contratual a pagar descontado usando uma taxa média ponderada de 10,09% a.a. A mudança na taxa de desconto em 100 bps aumentaria/diminuiria o valor justo em R\$ 18.751. A mudança no valor justo na contraprestação contingente na data de aquisição de 31 de dezembro de 2021 não foi relevante.



As transferências dentro e fora dos níveis de hierarquia do valor justo são analisadas no final de cada demonstração financeira consolidada. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não tinha transferências entre o Nível 2 e o Nível 3.

35. Gerenciamento dos riscos financeiros e instrumentos financeiros

(i) Visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Risco de liquidez;
- (iii) Risco de Mercado;
 - Risco de moeda;
 - Risco de juros;
 - Risco de preço.

(iv) Risco operacional.

(ii) Estrutura de gestão de risco

A administração tem a responsabilidade primária de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. A Gestão de Riscos está estruturada de forma separada das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir a isenção de conflito de interesses e a segregação de funções adequadas às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, estabelecer limites e controles de risco apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gerenciamento, têm por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os seus funcionários estejam cientes de seus deveres e obrigações.

Ao que se refere ao Conglomerado Prudencial da XP, a estrutura organizacional baseia-se nas recomendações propostas pelo Acordo da Basileia, no qual são formalizados procedimentos, políticas e metodologia compatíveis com a tolerância ao risco e com a estratégia do negócio e os diversos riscos inerentes às operações e / ou processos, incluindo riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. O Grupo busca seguir as mesmas práticas de gerenciamento de riscos que as aplicáveis a todas as empresas.

Esses processos de gerenciamento de risco também estão relacionados aos procedimentos de gerenciamento de continuidade operacional, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade de negócios, aos planos de contingência, aos planos de backup e gerenciamento de crise.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na negociação e aos custos de recuperação.

O documento de Gestão de Riscos estabelece sua política de crédito com base na composição da carteira por título, por rating interno de emissor e ou emissão, na atividade econômica, na duration da carteira, nas variáveis macroeconômicas, entre outros.

O departamento de Análise de Crédito também está ativamente envolvido nesse processo e é responsável por avaliar o risco de crédito de emissões e emissores com os quais mantém ou pretende manter relações de crédito, utilizando-se também de metodologia interna de atribuição de risco de crédito (rating) para classificar a probabilidade de perda das contrapartes.

Para as operações de crédito, o Grupo XP tem como garantia os investimentos de clientes para reduzir perdas potenciais e proteger contra a exposição ao risco de crédito, gerenciando essas garantias de modo que sejam sempre suficientes, legalmente aplicáveis (efetivas) e viáveis, a XP monitora os valores em garantia. O Gerenciamento de Risco de Crédito



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

fornece subsídios para definir estratégias como apetite ao risco, para estabelecer limites, incluindo análise de exposição e tendências, assim como a eficácia da política de crédito.

As operações de empréstimos têm uma alta qualidade de crédito e o Grupo frequentemente utiliza medidas de mitigação de risco, principalmente através de investimentos dos clientes como garantias, o que explica a baixa taxa de provisão.

As políticas do Grupo relativas à obtenção de garantias não mudaram significativamente durante o período de relatório e não houve nenhuma mudança significativa na qualidade geral das garantias detidas pelo Grupo desde o período anterior.

A administração realiza análises de qualidade de crédito de ativos que não estão vencidos ou reduzidos a valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tais ativos eram substancialmente representados por Operações de Crédito e Títulos e Valores Mobiliários comprados sob contratos de revenda dos quais as contrapartes são bancos brasileiros com baixo risco de crédito, títulos emitidos pelo governo brasileiro, bem como transações de instrumentos financeiros derivativos, que são negociados principalmente na bolsa de valores (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e que, portanto, têm sua garantia.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito é apresentado no quadro abaixo:

	Controladora	
	2021	2020
Ativos financeiros		
Títulos e valores mobiliários	761.016	314.990
Títulos públicos	45.640	46.560
Títulos privados	715.376	268.430
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Rendas a Receber	2.766	691
Outros ativos financeiros	897	1.434
Total	764.679	317.115
	Consolidado	
	2021	2020
Ativos financeiros		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.888.251	6.627.409
Títulos e valores mobiliários	80.673.230	63.565.469
Títulos públicos	45.919.963	49.491.046
Títulos privados	34.753.267	14.074.423
Instrumentos financeiros derivativos	6.911.264	2.773.017
Negociação e intermediação de valores	872.182	1.189.876
Rendas a Receber	465.999	500.347
Operações de crédito	12.819.627	3.918.328
Outros ativos financeiros	461.515	69.971
Exposição fora do balaço (cartão de crédito)	1.367.399	-
Total	112.459.467	78.644.417

(iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras.

O gerenciamento de liquidez atua em linha com estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos e a relevância de exposição a riscos. Essa política de gestão de liquidez estabelece ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, e estas devem ser suficientes para gerar a ressignificação do caixa dentro dos limites mínimos exigidos.

O grupo mantém um nível adequado de liquidez a todo o momento, trabalhando sempre com um limite mínimo de caixa. Isso é feito através de um gerenciamento compatível e consistente com sua capacidade de obtenção de recursos no mercado, com suas metas orçamentárias de evolução do volume de seus ativos e está baseado no gerenciamento dos fluxos de caixas, observando os limites mínimos de saldos dos caixas diários e projeções de necessidade de caixa, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez e simulações de cenários adversos.

A estrutura e gestão de riscos são de responsabilidade do departamento de Riscos, subordinado à Diretoria Executiva, evitando assim qualquer conflito de interesses com departamentos que necessitem de liquidez.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(d1) Vencimentos de passivos financeiros

As tabelas abaixo resumem os passivos financeiros do Grupo com base em seus vencimentos contratuais:

		Controladora					
		2021					
Passivos		Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de Caixa contratual
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	518.804	518.804
Instrumentos financeiros		2.107	-	-	95.178	23.115	120.400
derivativos							
Obrigações por operações		46.493	-	-	-	-	46.493
compromissadas							
Instrumentos de dívida		-	-	169.094	-	-	169.094
Obrigações por empréstimos		-	-	9.196	267.715	-	276.911
Fornecedores		44.760	-	-	-	-	44.760
Outros passivos financeiros		478.379	-	4.365	-	-	482.744
Total		571.739	-	182.655	362.893	541.919	1.659.206

		Controladora					
		2020					
Passivos		Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de Caixa contratual
Instrumentos financeiros	derivativos	16.141	-	-	45.285	-	61.426
Obrigações por operações	compromissadas	45.984	-	-	-	-	45.984
Obrigações por empréstimos		-	-	7.114	266.449		273.563
Instrumentos de dívida		-	-	-	335.250	-	335.250
Fornecedores		94.021	-				94.021
Outros passivos financeiros		23.231	-	-	447.817	-	471.048
Total		179.377	-	7.114	1.094.801	-	1.281.292

		Consolidado				
		2021				
Passivos		Fluxo de Caixa contratual				
		Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Títulos e valores mobiliários		273.342	-	-	-	-
Instrumentos financeiros		211.316	249.253	574.974	4.690.870	518.804
derivativos						
Obrigações por operações		28.867.666	-	-	-	883.484
compromissadas						
Negociação e intermediação de valores		14.769.337	-	-	-	-
Instrumentos de dívida		982.877	1.245.279	6.822.298	12.211.076	967.779
Obrigações por empréstimos		-	-	1.661.067	267.715	-
Fornecedores		850.942	-	-	-	-
Outros passivos financeiros		3.572.806	-	4.365	246.629	-
Total		49.528.286	1.494.532	9.062.704	17.416.290	2.370.067
						79.871.879



Passivos	Consolidado					
	2020					
	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de Caixa contratual
Títulos e valores mobiliários	1.182.103	-	-	-	-	1.182.103
Instrumentos financeiros derivativos	288.762	403.448	430.686	906.272	601.062	2.630.230
Obrigações por operações compromissadas	32.058.867	-	-	-	-	32.058.867
Negociação e intermediação de valores	20.160.501	-	-	-	-	20.160.501
Instrumentos de dívida	112.037	58.966	2.372.471	2.696.767	1.322.906	6.563.147
Empréstimos	3.535	6.989	7.114	266.449	-	284.087
Fornecedores	852.483	-	-	-	-	852.483
Outros passivos financeiros	163.857	5.721	9.065	587.445	65.375	831.463
Total	54.822.145	475.124	2.819.336	4.456.933	1.989.343	64.562.881

(v) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende principalmente três tipos de risco: variação cambial, taxas de juros e preços de ações.

O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é controlar a exposição a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

O gerenciamento do risco de mercado das operações é realizado por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, com o objetivo de manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pelo Grupo e atender à estratégia e limites definidos pelo Comitê de Risco.

Para atendimento às disposições do órgão regulador, as instituições financeiras do Grupo controlam diariamente a exposição pelo cálculo das parcelas de risco, registrando os resultados no Documento 2011 - Demonstração Diária de Capital ("DDR") no Circular BACEN nº 3.331 / 08, submetendo-a diariamente a esta instituição.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, monitorar e garantir o cumprimento dos limites preestabelecidos, podendo intervir nos casos de descumprimento e relatar todos os eventos atípicos ao Comitê. A empresa utiliza sistema de terceiros para mensurar e controlar a exposição ao risco de mercado.

Além do controle realizado pela ferramenta, o Grupo adota diretrizes para controlar o risco dos ativos que marcam as operações de Tesouraria. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deverá tomar as medidas necessárias para o reenquadramento o mais rapidamente possível.

(e1) Risco de moeda

O objetivo da gestão da Companhia de exposição cambial é mitigar os efeitos decorrentes da variação das taxas de câmbio, que podem apresentar períodos de alta volatilidade.

O risco de moeda (ou câmbio) decorre de posições sensíveis a oscilações nas taxas de câmbio. Essas posições podem ser originadas por instrumentos financeiros denominados em uma moeda diferente da moeda funcional em que o balanço é medido ou por meio de posições em instrumentos derivativos (para negociação ou hedge) e investimentos em Controladas no exterior.

O Grupo detém participação na XP Holding International, XP Advisors Inc e XP Holding UK Ltd, cujo capital social a partir de 31 de dezembro, 2021 foi de US\$ 52.905 mil (US\$ 46.534 mil em 31 de dezembro de 2020), US\$ 2.658 mil (US\$ 801 mil em 31 de dezembro de 2020) e 1.918 mil GBP (2.268 mil GBP em 31 de dezembro de 2020) respectivamente.

O risco da XP Holding International e da XP Advisors Inc, é protegido com o objetivo de minimizar a volatilidade da moeda funcional (BRL) em relação aos US\$ decorrentes do investimento estrangeiro no exterior (ver Nota 9).

O risco de exposição em moeda estrangeira da XP Holding UK Ltd não é protegido.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(e2) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros de seus ativos e passivos financeiros.

Abaixo apresentamos as taxas de risco que o Grupo está exposto:

- Selic/DI
- IGPM
- IPCA
- PRE
- Cupom Cambial
- Cupons Cambiais de outras moedas
- Treasury

(e3) Risco de preço

Risco de preço é o risco decorrente da alteração do preço da carteira dos fundos de investimento e das ações listadas em bolsa, mantidas na carteira do Grupo, que podem afetar os seus resultados. O risco de preço é controlado pela administração do Grupo, com base na diversificação de sua carteira e / ou pelo uso de contratos de derivativos, como opções ou futuros.

(e4) Análise de sensibilidade

De acordo com as informações de mercado, o Grupo realizou a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com impacto no resultado, fornecendo uma visão da exposição por fator de risco do Grupo em cenários excepcionais. As seguintes análises de sensibilidade não consideram a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e de tesouraria, uma vez que, uma vez detectadas essas perdas, as medidas de mitigação de risco são acionadas rapidamente, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

2021

Carteira de negociação	Exposições	Cenários		
		I	II	III
Fatores de Risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxa de juros pré-fixadas em reais	(100)	(406)	1.795
Cupons Cambiais	Taxa de cupons de moedas estrangeiras	(47)	(1.086)	(2.173)
Moedas estrangeiras	Taxas de câmbio	(57)	(1.428)	(2.856)
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	(288)	(920)	(2.291)
Ações	Preços de ações	(517)	(11.842)	(23.684)
Seed Money	Investimento em fundos de terceiros	(560)	(14.003)	(28.006)
		(1.569)	(29.685)	(57.215)

2020

Carteira de negociação	Exposições	Cenários		
		I	II	III
Fatores de Risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxa de juros pré-fixadas em reais	(9)	(455)	1.716
Cupons Cambiais	Taxa de cupons de moedas estrangeiras	(2)	(89)	(178)
Moedas estrangeiras	Taxas de câmbio	(32)	(803)	(1.606)
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	(297)	(10.744)	(21.364)
Ações	Preços de ações	(1.043)	(25.615)	(51.505)
		(1.383)	(37.706)	(72.937)

Cenário I: Acréscimo de 1 Bps nas taxas de juros pré-fixada, cupom cambial, inflação e 1 ponto percentual nos preços das ações e moedas;

Cenário II: Aplicação de choque de 25 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupons cambiais, inflação, tanto de subida quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; e

Cenário III: Projetar uma variação de 50 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupons cambiais, inflação, tanto de subida quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(vi) Risco operacional

Risco operacional se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluindo risco legal. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se as seguintes categorias: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela XP; situações que acarretem a interrupção das atividades da XP; e falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação.

O principal objetivo do Grupo é garantir a identificação, classificação e monitoramento de situações que possam gerar perdas financeiras, dados à reputação das empresas, bem como qualquer autuação regulatória por ocorrência de um evento de risco operacional. A XP adota o modelo das 3 linhas de defesa, no qual a principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para lidar com os riscos operacionais é atribuída à Administração dentro de cada unidade de negócios, buscando gerenciar principalmente:

- (i) Exigências de segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento dos requisitos legais e regulamentares;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências de avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e a adequação dos controles e procedimentos para o tratamento dos riscos identificados;
- (vi) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- (viii) Padrões éticos e comerciais.

Adicionalmente, as instituições financeiras do Grupo, em atendimento ao disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, da Resolução nº 3.380 / 06 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") de 27 de junho de 2006, possuem um processo que abrange políticas institucionais, procedimentos, sistemas e planos de contingência e continuidade de negócios para a ocorrência de eventos externos, além de formalizar a estrutura única requerida pelo órgão regulador.

36. Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar o capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade, de modo que possam continuar a fornecer retornos para acionistas e benefícios para outras partes interessadas e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo do capital. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode ajustar o montante de dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

O Grupo também monitora o capital com base na dívida líquida e no índice de alavancagem financeira. A dívida líquida é calculada como dívida total (incluindo empréstimos e debêntures conforme demonstrado no balanço patrimonial) menos caixa e equivalentes de caixa (incluindo disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e certificados de depósitos bancários conforme apresentado na demonstração dos fluxos de caixa). O endividamento corresponde à dívida líquida em percentual do capital total.

A dívida líquida e o índice de alavancagem financeira correspondentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são:

	2021	2020
Obrigações por empréstimos	1.928.782	284.087
Arrendamento mercantil	318.555	208.448
Instrumentos de dívida	770.506	335.250
Dívida total	3.017.843	827.785
Disponibilidades	(1.181.559)	(623.968)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.066.055)	(593.673)
Certificados de depósitos bancários	(194.892)	(111.927)
Dívida líquida	575.337	(501.783)
Total do Patrimônio Líquido	6.703.041	4.040.283
Total do Capital	7.278.378	3.538.500
Taxa de alavancagem %	7,90%	-14,18%



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Requerimentos mínimos de capital

Embora o capital seja administrado considerando a posição consolidada, certas Controladas estão sujeitas ao requerimento de capital mínimo dos reguladores locais.

A controlada XP CCTVM, líder do Conglomerado Prudencial (que inclui o Banco XP), no regime de regulamentação do BACEN, é obrigada a manter um capital mínimo e seguir aspectos do Acordo da Basiléia.

A controlada XP Vida e Previdência atua no ramo de Previdência Privada e é fiscalizada pela SUSEP, sendo obrigada a apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Exigido ("CMR"), CMR é igual ao maior valor entre o capital base e a liquidez do capital de risco ("CR").

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas XP CCTVM e XP Vida e Previdência atendiam a todos os requisitos de capital.

Não há exigência de cumprimento de um capital mínimo para as demais empresas do Grupo.

(ii) Financial covenants

Relativamente aos contratos de dívida de longo prazo, incluindo instrumentos multilaterais, registrados nas rubricas "Empréstimos" e "Debêntures" (Notas 19 e 17, respectivamente), o Grupo é obrigado a cumprir determinadas condições de desempenho, tais como índices de rentabilidade e eficiência.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos contratos sujeitos a covenants financeiros é de R\$ 446.005 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 619.337). O Grupo cumpriu essas cláusulas ao longo do período de relatório.

O eventual descumprimento por parte do Grupo de tais cláusulas pode ser considerado como quebra de contrato e, consequentemente, considerado para liquidação antecipada das obrigações relacionadas

37. Informação de fluxo de caixa

Reconciliação da dívida líquida

	Controladora			
	Arrendamentos	Empréstimos	Debêntures	Total
Dívida total em 31 de Dezembro de 2019	-	329.411	835.230	1.164.641
Baixas	-	(53.395)	-	(53.395)
Amortização	-	-	(400.000)	(400.000)
Recompra	-	-	(64.717)	(64.717)
Juros incorridos	-	10.829	21.473	32.302
Juros pagos	-	(13.283)	(56.736)	(70.019)
Dívida total em 31 de Dezembro de 2020	-	273.562	335.250	608.812
Aquisições / Emissão	-	-	500.018	500.018
Amortização	-	(10.521)	(177.826)	(188.347)
Juros incorridos	-	13.870	60.919	74.789
Juros pagos	-	-	(12.386)	(12.386)
Dívida total em 31 de Dezembro de 2021	-	276.911	705.975	982.886



Consolidado

	Arrendamentos	Empréstimos	Instrumentos de dívida	Total
Dívida total em 31 de Dezembro de 2019	255.406	382.078	835.230	1.472.714
Aquisições / Emissão	55.820	-	-	55.820
Baixas	(78.321)	-	-	(78.321)
Amortização	(57.473)	(95.395)	(400.000)	(552.868)
Recompra	-	-	(64.717)	(64.717)
Reavaliação	(10.050)	-	-	(10.050)
Diferenças cambiais	23.610	-	-	23.610
Juros incorridos	19.456	11.892	21.473	52.821
Juros pagos	-	(14.488)	(56.736)	(71.224)
Dívida total em 31 de Dezembro de 2020	208.448	284.087	335.250	827.785
Aquisições / Emissão	116.248	1.570.639	580.018	2.266.905
Amortização	(55.349)	(21.022)	(177.826)	(254.197)
Reavaliação	24.234	-	-	24.234
Diferenças cambiais	7.486	73.426	-	80.912
Juros incorridos	17.488	21.689	63.527	102.704
Juros pagos	-	(37)	(12.386)	(12.423)
Dívida total em 31 de Dezembro de 2021	318.555	1.928.782	788.583	3.035.920

(i) Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado apresentadas na Nota 7 não incluem ajuste a valor justo de R\$ 18.077.

38. Eventos subsequentes

Aquisições

(i) Banco Modal S.A

Em 6 de janeiro de 2022, o Grupo celebrou um acordo vinculante para adquirir até 100% da participação total do Banco Modal, que será pago com até 19,5 milhões de novas ações XP Inc. Classe A ou Brazilian Depository Receipts (BDR), implicando um prêmio de 35% sobre o preço médio dos últimos trinta dias do Banco Modal. As empresas compartilham o objetivo comum de superar as expectativas dos clientes e democratizar o acesso a produtos e serviços financeiros de alta qualidade e baixo custo. Espera-se que a aquisição proporcione um acréscimo sólido e sustentável aos acionistas de ambas as empresas. A aquisição está pendente de aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN). A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em julho de 2022.

(ii) Habitat

Em 25 de fevereiro de 2022, celebramos um acordo vinculante para adquirir 100% do capital da Habitat Capital Partners Asset Management, uma gestora focada em fundos imobiliários. A gestora foi criada com foco em operações imobiliárias fora dos grandes centros brasileiros e com uma estratégia de acompanhamento de todo o processo internamente, desde a securitização até o controle dos processos de cobrança. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) durante o mês de maio de 2022.

O preço de compra preliminar foi alocado principalmente ao ágio, representando o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição. Além disso, a Companhia incorreu em custos diretos para as combinações de negócios que foram contabilizados conforme incorridos.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****(iii) Aquisições de participações minoritárias**

Em 19 de janeiro de 2022, o Grupo adquiriu uma participação de 5% do capital total da AZ Quest S.A. ("AZ Quest"), através do FIP Managers. A Companhia é uma das maiores e mais tradicionais gestoras independentes de recursos do Brasil, possui uma diversificada plataforma de produtos que inclui estratégias de equity, macro, crédito e arbitragem. A aquisição faz parte da estratégia da XP de desenvolver o mais completo ecossistema de gestores e distribuidores do Brasil.

Em abril de 2022, o único cotista do FIP Managers passou a ser a XP Inc, controladora da XP Investimentos e, portanto, esse investimento passou a não mais figurar no perímetro de consolidação da XP Investimentos.

Novas estruturas de hedge**i) Hedge dos encargos das *Restricted Stock Units* (RSUs)**

Em março de 2022, o Grupo registrou uma nova estrutura de hedge, a fim de neutralizar os impactos da variação do preço das ações XP em pagamentos de impostos trabalhistas relacionados ao plano de remuneração baseado em ações usando contratos SWAP-TRS. A transação é elegível para contabilidade de hedge e foi classificada como hedge de fluxo de caixa de acordo com o IFRS 9. Os pagamentos de impostos trabalhistas são devidos na entrega de ações aos funcionários sob planos de remuneração baseados em ações e estão diretamente relacionados ao preço das ações neste momento.

ii) Hedge de títulos de renda fixa

Em junho de 2022, a XP Investimentos estabeleceu novas relações de hedge, referente a títulos soberanos do governo brasileiro, no Brasil e no exterior, e bonds corporativos, no exterior, com o objetivo de neutralizar os impactos relativos à flutuação da taxa de juros livre de risco em dólar nos títulos de dívida soberana e de entidades privadas emitidos em moeda estrangeira. A estratégia prevê a utilização de derivativos que protegem contra as flutuações da taxa de juro em moeda tal como swaps, NDFs, DDI, DI1 Futuro e DOL como instrumentos de cobertura (hedging instrument). A estratégia de hedge de risco de mercado tem por objetivo evitar flutuações temporárias no resultado derivadas de mudanças nas taxas de juros.

Movimentações no capital social da XP Investimentos

Em AGE de 03 de março de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 1.050.000, mediante a emissão de 567.245.271 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,8510.

Em AGE de 05 de abril de 2022, foi aprovado a redução do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 489.123, sem o cancelamento de ações ordinárias. Passando o capital social da companhia a ser R\$ 4.197.266, dividido em 4.170.556.334 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em AGE de 11 de maio de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da XP Investimentos no montante de R\$ 200.000, mediante a emissão de 112.500.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,7778.

Alterações na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 aumentando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 1%, para 21% para Bancos e 16% para Corretoras.

O texto da Medida Provisória propõe o aumento da alíquota da CSLL entre agosto e dezembro de 2022. O prazo para conversão da Medida Provisória em Lei é de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias a partir da data de publicação da referida norma.

O Grupo está monitorando os impactos em seus negócios que dependerão da aprovação e conversão da Medida Provisória em Lei. No entanto, com base em uma análise inicial, o Grupo não espera impactos relevantes nos resultados ou na situação financeira da Companhia.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas****Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****Passivos Contingentes**

Em junho de 2022, o Grupo foi notificado pelo Ministério Público do Trabalho para exigência de FGTS devido aos empregados nos pagamentos de participação nos lucros relativos aos anos-calendário de 2015 a 2020, supostamente em violação à Lei 10.101/00. O Grupo apresentou sua defesa administrativa.

Emissão de debêntures

Em 19 de julho de 2022, a XP Investimentos emitiu debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 1.800.000 (R\$ 900.000 da série 1 e R\$ 900.000 da série 2). As séries de debêntures, somadas, têm limite máximo de emissão autorizado de até R\$ 1.800.000. O valor do principal é devido e será pago na data de vencimento da seguinte forma: (i) 23 de junho de 2024 (1ª série) e (ii) 23 de junho de 2025 (2ª série). As taxas de juros das debêntures série 1 e série 2 são CDI+1,75% e CDI+1,90%, respectivamente.

Conflitos na Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia gerou sanções internacionais tomadas pelos Estados Unidos e pela Organização do Tratado do Atlântico Norte ("OTAN") que têm impacto nas economias regionais e globais. Tais eventos podem ter um efeito adverso nos negócios e no desempenho financeiro da Companhia, por meio do aumento da inflação mundial, aumento dos custos de conformidade, maior volatilidade nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras e aumentos nas perdas de crédito esperadas de nossos clientes que vendem mercadorias para contrapartes da Rússia. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia. Não esperamos um impacto material em nossa posição financeira e resultados operacionais se a situação se agravar.

*Jairo Luiz de Araújo Brito**Contador - CRC: RJ-110743/O-4*

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 3EDD792366214C8C8483CF5DE1A9A49A

Status: Concluído

Assunto: Complete with DocuSign: XPINVESTIMENTOS21.DEZ (1).pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 84

Assinaturas: 1

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Izabelle Buson da Costa de Oliveira

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

São Paulo, SP 05001-100

izabelle.buson@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original

30 de setembro de 2022 | 17:46

Portador: Izabelle Buson da Costa de Oliveira

izabelle.buson@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

30 de setembro de 2022 | 18:31

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

tatiana.fernandes@pwc.com

Sócia

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:



959DEA12458D406...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 18.231.224.26

Registro de hora e data

Enviado: 30 de setembro de 2022 | 18:12

Reenviado: 30 de setembro de 2022 | 18:30

Visualizado: 30 de setembro de 2022 | 18:30

Assinado: 30 de setembro de 2022 | 18:31

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Izabelle Buson da Costa de Oliveira

izabelle.buson@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Copiado

Enviado: 30 de setembro de 2022 | 18:31

Visualizado: 30 de setembro de 2022 | 18:31

Assinado: 30 de setembro de 2022 | 18:31

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de setembro de 2022 18:12
Entrega certificada	Segurança verificada	30 de setembro de 2022 18:30
Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de setembro de 2022 18:31
Concluído	Segurança verificada	30 de setembro de 2022 18:31
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora